

ACADEMIA MILITAR

Os militares e a mudança de regimes políticos em Portugal: o 28 de maio de 1926 e o 25 de abril de 1974

Autor: Aspirante de Cavalaria Luís Carlos Campos Fernandes

Orientador: Coronel de Cavalaria Francisco António Amado Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017



ACADEMIA MILITAR

Os militares e a mudança de regimes políticos em Portugal: o 28 de maio de 1926 e o 25 de abril de 1974

Autor: Aspirante de Cavalaria Luís Carlos Campos Fernandes

Orientador: Coronel de Cavalaria Francisco António Amado Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017

EPÍGRAFE

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer.”

Gandhi (1869 - 1948)

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, por todo o amor e dedicação ao longo de todos estes anos

Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

Expressar e proceder aqui a agradecimentos irá, necessariamente, significar não nomear todos aqueles que me acompanharam em toda a minha vida e me auxiliaram indiretamente na conclusão desta etapa. No entanto, não poderei deixar de fazer alguns agradecimentos individuais, que me ajudaram, mais diretamente neste período da minha vida.

Assim, agradeço ao meu orientador, Coronel de Cavalaria Francisco António Amado Rodrigues, não só pela forma como orientou em todos os momentos a investigação, como também pela sua entusiasmante abordagem e receptividade ao tema. Os conselhos iniciais foram fundamentais para a concretização deste trabalho, mas as palavras de apoio e de estímulo ao longo da investigação em muito me ajudaram a concluir esta tarefa.

Ao Gabinete de Cavalaria da Academia Militar, nas pessoas do Tenente-Coronel Miguel Freire e Major Elisabete Silva, pelos ensinamentos transmitidos, que constituem a pedra basilar de toda a minha carreira.

Agradeço ao meu Curso de Exército-Armas por estes cinco anos de partilha debaixo do mesmo teto. Crescemos juntos como militares, desafiámo-nos a mais e melhor e criámos um verdadeiro espírito de camaradagem. Um apreço especial ao meu Curso de Cavalaria por todos os momentos de felicidade, pelas “cavalgadas” que juntos realizámos e por todas aquelas que ainda iremos realizar, lado-a-lado.

Agradeço aos meus amigos, que sempre me acompanharam e nunca me esqueceram nos momentos em que estive mais ausente.

Agradeço à minha Família, por todo o apoio demonstrado em toda a minha vida. Estou-vos eternamente grato por toda a dedicação, carinho, amor e compreensão. Obrigado por me conduzirem sempre pelo melhor caminho e me apoiarem incondicionalmente nas decisões que quis tomar.

Agradeço-te a ti Jéssica. Tens sido o pilar ao longo desta aventura. Este trabalho é o culminar de uma aventura que iniciaste comigo. Obrigado por tudo!

RESUMO

A presente investigação centra-se na problemática de conhecer, através dos pronunciamentos militares de 28 maio de 1926 e 25 de abril de 1974, qual a atuação, postura e as razões que levaram os oficiais do Exército em início de carreira a se decidirem pela revolta contra o regime instaurado. Existindo uma extensa bibliografia acerca da I República e do Estado Novo, este trabalho explora outras duas vertentes: por um lado, a caracterização sociológica dos participantes em cada um dos pronunciamentos militares, segundo quatro parâmetros (arma/serviço, posto, origem distrital e proveniência familiar); e, por outro lado, qual a influência da dinâmica nacional (política, militar e económica) e internacional para a tomada de decisão à ação revoltosa contra os regimes então vigentes, por parte destes oficiais em início de carreira. Desta forma, o Objetivo Geral do trabalho visa “Descrever o papel dos oficiais em início de carreira, do Exército Português (subalternos e capitães), nas transições de regimes políticos de 1926 e de 1974. E, de que forma a dinâmica nacional e internacional converge para o pronunciamento destes militares”. Para possibilitar essa descrição abordou-se a temática segundo o método de abordagem indutivo, no sentido de verificar a quantidade dos oficiais em início de carreira envolvidos em cada um dos pronunciamentos militares. Posteriormente, e recorrendo ao método dedutivo, abordou-se a temática das razões que levaram estes militares a tomar tal ação. Por último, utilizou-se o método comparativo com o intuito de estabelecer um paralelismo entre os dois pronunciamentos. Como resultado, concluiu-se que, em ambos os pronunciamentos militares, os jovens oficiais tiveram uma participação ativa, formando mais de metade do núcleo de oficiais revoltosos. Estes grupos de oficiais configuram as gerações que mais represálias experienciou na sua formação e condição militar, dada a conjuntura nacional e internacional.

Palavras-chave: Exército, Oficiais em início de carreira, 28 maio de 1926, 25 de abril de 1974

ABSTRACT

This research employs the actions, behavior and reasons behind the 28th May 1926 and 25th April 1974 coups so as to give reason why the Portuguese Army younger groups rebelled against the regime in place. Because there is so much data about the *I República* and *Estado Novo*, this paper also assesses the sociological features of those engaged in each movement through four criteria: branch, rank, district of provenance and family origin. And the impact of national and international dynamics (political, military, economic) on this group's decision to take action against those regimes. Thus, describing the role of the youngest officers in the Portuguese Army hierarchy (captains, junior officers) in transitional rule and how national and international momentum converged to those officers' actions is the goal. To do so the research was brought together through the inductive method, so as to assess the level of engagement of said junior officers in both movements. Furthermore, through the deductive method, one touched on the reasons behind such actions. Finally, the comparative method was employed to collate both military actions. To conclude, as a result of this research, one may state that these young officers actively engaged in both movements. More than half of the officers involved were the youngest officers. Under such national and international circumstances, they stand as the generation who put up with more reprisals: to their training and their rank (their military life).

Keywords: Army, Officers at the beginning of their careers, 28th May 1926 and 25th April 1974

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	iii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS	x
LISTA DE APÊNDICES.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA E ESTADO DA ARTE	5
1.1. Revisão da Literatura.....	5
1.2. Estado da Arte.....	6
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA	8
CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL: 28 DE MAIO DE 1926.....	11
3.1. Situação política nacional.....	11
3.2. Situação militar nacional.....	14
3.3. Situação económica nacional	17
3.4. Contextualização internacional: 28 de maio de 1926	18
3.5. Principais acontecimentos, de tentativa de alteração do regime, precedentes ao pronunciamento	20
3.6. O 28 de maio de 1926.....	21
3.6.1. Alguns parâmetros estatísticos dos Oficiais (Exército)	21
3.6.2. Caracterização geral dos oficiais do Exército empenhados no pronunciamento	22
CAPÍTULO 4 - CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL: 25 DE ABRIL DE 1974	26

5.1.	Situação política nacional.....	26
5.2.	Situação militar nacional.....	29
5.3.	Situação económica nacional	36
5.4.	Contextualização internacional: 25 de abril de 1974.....	37
5.5.	Principais acontecimentos de tentativa de alteração do regime precedentes ao pronunciamento	38
5.6.	O 25 de Abril de 1974	39
5.6.1.	Alguns parâmetros estatísticos dos oficiais do pronunciamento (Exército) 39	
5.6.2.	Caraterização geral dos oficiais do pronunciamento (Exército)	40
	CONCLUSÕES.....	44
1.1.	Resposta às QD:	44
1.2.	Resposta à QC:.....	51
1.3.	Dificuldades/Limitações	53
1.4.	Futuras investigações.....	54
	BIBLIOGRAFIA	55
	APÊNDICES	I
	APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE	I
	APÊNDICE B – A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO EM 1937.....	II
	APÊNDICE C – A ADESÃO À NATO	V

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Distribuição por armas e serviços dos oficiais participantes no pronunciamento de 1926	22
Quadro n.º 2 – Distribuição por postos dos oficiais participantes no pronunciamento de 1926	23
Quadro n.º 3 – Oficiais do Exército nascidos em cidades, sedes de distrito	24
Quadro n.º 4 – Oficiais do Exército: antecedentes familiares relacionados com a origem geográfica (em percentagem).....	25
Quadro n.º 5 – Oficiais do Exército: antecedentes familiares relacionados com origem geográfica (em percentagem).....	25
Quadro n.º 6 – Distribuição por armas e serviços dos oficiais participantes no pronunciamento de 1974	41
Quadro n.º 7 – Distribuição por postos dos oficiais participantes no pronunciamento de 1974	41
Quadro n.º 8 – Oficiais do Exército, participantes no pronunciamento, nascidos em cidades sedes de distrito	42
Quadro n.º 9 – Oficiais do Exército participantes no pronunciamento: antecedentes familiares relacionados com origem geográfica (em percentagem)	43

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE	I
APÊNDICE B – A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO EM 1937.....	II
APÊNDICE C – A ADESÃO À NATO	V

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM	Academia Militar
CC	Carros de Combate
CEM	Corpo de Estado-Maior
CRP	Constituição da República Portuguesa
EE	Escola do Exército
EG	Escola de Guerra
EM	Escola Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
GM	Guerra Mundial
GNR	Guarda Nacional Republicana
HP	História de Portugal
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MG	Ministério da Guerra
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OS	Ordem de Serviço
PR	Presidente da República
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RI	Regimento de Infantaria
SAM	Serviço de Administração Militar
s/d	sem data
s/l	sem local de edição
SMO	Serviço Militar Obrigatório
T.R.	Tiro Rápido

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui exarado enquadra-se no Mestrado Integrado de Ciências Militares, especialidade de Cavalaria da Academia Militar (AM), constituindo trabalho final do referido Mestrado e assumindo a forma de Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada.

Subordina-se a um tema premente para a História Militar de Portugal e pretende demonstrar, pelo método comparativo, a atuação/postura dos oficiais em início de carreira (Alferes, Tenentes e Capitães) do Exército Português, nos pronunciamentos militares, do 28 de maio de 1926 e do 25 de abril de 1974.

Uma das principais razões para a elaboração deste trabalho prende-se com o facto de acreditar que o estudo desta área poder proporcionar novas ilações para o desenvolvimento de outras abordagens, pois a História como defende António Telo (2007, p. 11) “nunca está acabada e não existe uma obra «definitiva» sobre qualquer assunto”. Uma outra motivação que esteve presente para abordar este trabalho, deveu-se à análise exploratória de bibliografia realizada antes da definição do tema. Na verdade António Telo (2007) exorta o facto de não existir nenhum estudo que afira o grau de participação dos oficiais em início de carreira no pronunciamento militar de 28 de maio de 1926, pelo que esta investigação se reveste de um carácter original, que intenta responder ao desafio lançado pelo supramencionado autor. A tudo isto acresce referir que o conhecimento do contributo que a instituição militar teve nos desígnios nacionais do passado recente, possibilita a melhor compreensão da realidade coletiva.

Assim, desenvolveu-se um paralelismo que permitisse, por um lado, perceber o papel dos oficiais em início de carreira do Exército Português na alteração da ordem política interna e, por outro lado, aventar as razões de tal postura por parte dos militares.

Para a prossecução de tais objetivos, procede-se ao estudo de acontecimentos do século passado que, não obstante as diferenças por que se pautam, ajudam a encontrar uma adequada forma de desenvolver o paralelismo existente. O critério que presidiu à escolha dessas épocas partiu do pressuposto de que, nos dois casos analisados, existiram correlações na forma da atuação do Exército, mais especificamente, dos oficiais em início de carreira.

Nesta senda, convém sublinhar que o pronunciamento militar, iniciado em 28 de maio de 1926, decorreu no período da História de Portugal (HP) correspondente à I

República, momento em que o país se afirmou como um dos primeiros Estados Republicanos, com um sistema democrático, no seio dos países europeus. Por esta razão, o país enfrentava, contestações nacionais e internacionais, por parte de vários elementos opostos, fortemente marcados pelos oito séculos de monarquia, a nível interno e, na conjuntura internacional, pela sua originalidade. Aliás, durante a época da I República, verifica-se o confronto com vários desafios que colocam em evidência todo o seu poder e, também, toda a sua estrutura menos sustentada. Na verdade, este é um período bastante conturbado a nível político, pois nos seus 16 anos de duração contou com 45 alterações de governo. Efetivamente, a I República foi confrontada com período de desorganização económica e social, em que a desvalorização da moeda e a inflação atingiram picos sem precedentes sendo, simultaneamente, atingida por constantes atos de violência pública e pronunciamentos revolucionários. A par disto, a meio do seu período de vida, a República portuguesa viveu numa Europa que conheceu a sua Grande Guerra, e na qual participou, o que teve influência na ordem interna. A Ditadura Militar foi, pois, o resultado de um pronunciamento militar perpetrado por jovens oficiais do Exército, como forma de resposta face ao descontentamento sentido a todos os níveis da sociedade portuguesa. Teve início em Braga, a 28 de maio, e terminou em Lisboa, a 10 de julho. Após este pronunciamento militar, seguiu-se o período de Ditadura Militar, dirigido por militares, com uma estrutura constitucional provisória, até 1933.

Depois da exoneração do General Gomes da Costa e da eleição por sufrágio direto, mas em lista única, do General Óscar Carmona, para Presidente da República (PR), em 1928, este destituiu o General Sinel de Cordes – Ministro das Finanças de então – e chamou António de Oliveira Salazar, para assumir o cargo. É esta entidade que, até 1968, governa Portugal, sendo sucedido posteriormente por Marcelo Caetano. Nasceu, assim, com Salazar, o período comumente conhecido por Estado Novo, que será objeto de análise, de modo a se proceder ao paralelismo pretendido.

Para Salazar, os valores fundamentais eram “Deus, Pátria, Família, ou dito de outro modo, Religião, Nação, Autoridade, Ordem” (Pinto, 2005, p. 45). Estes valores, por si, demonstravam o caráter autoritário que Salazar pretendia implementar. Neste sentido, bastantes mudanças foram executadas, que demonstram claramente, o poder autoritário, que tanto Salazar como Marcelo Caetano executaram. Costa Leite (1936) identificou na sua obra, esses elementos: o autoritarismo, a ordem, a autoridade, a justiça e equilíbrio social e a organização dos elementos da economia nacional.

Contudo, o Estado Novo foi, tal como a I República, abalado por inúmeros elementos opostos e acontecimentos que acabaram por influenciar o percurso que se estava a desenhar. Com efeito, o surgimento de organizações internacionais teve a sua influência na condução da ordem interna política e os movimentos de libertação em África conquistaram cada vez mais espaço no diálogo internacional, o que deu início a contestações internas e externas contra o governo português.

Analisado, em linhas gerais, mas pertinentes, os principais acontecimentos que marcaram a época suprarreferida, procedeu-se, em seguida, ao estabelecimento do Objetivo Geral (OG) do trabalho, a saber: “Descrever o papel dos oficiais em início de carreira, do Exército Português (subalternos e capitães), nas transições de regimes políticos de 1926 e de 1974. E, de que forma a dinâmica nacional e internacional converge para o pronunciamento destes militares”. Para se conseguir alcançar este grande objetivo, são formulados cinco Objetivos Específicos (OE):

- OE 1: “Descrever a influência que os regimes políticos no momento anterior a cada um dos pronunciamentos, tiveram para a ação dos oficiais em início de carreira”;
- OE 2: “Descrever de que forma as alterações de ordem militar influenciaram a vontade dos militares para a alteração do regime político vigente, em cada um dos períodos”;
- OE 3: “Saber quantos e quem eram os oficiais que tomaram partido nos pronunciamentos militares de 28 maio de 1926 e 25 de abril de 1974”
- OE 4: “Descrever a influência da conjuntura económica nacional no despoletar das ações armadas”;
- OE 5: “Descrever a influência da conjuntura internacional no despoletar das ações armadas”.

Foi levantada assim uma Questão Central (QC) à qual se pretende garantir uma resposta e cumprir o OG do trabalho. Assim sendo, com a realização deste trabalho pretende-se responder à questão: “*Qual foi representatividade dos oficiais em início de carreira do Exército Português, nos pronunciamentos militares do 28 de maio de 1926 e do 25 de abril de 1974? De que forma a dinâmica nacional e internacional convergem para o desencadeamento destes pronunciamentos, por parte dos jovens oficiais?*”.

Para responder a esta pergunta, o trabalho encontra-se estruturado segundo quatro capítulos. No Capítulo 1 – Revisão da Literatura e Estado da Arte pretende-se apresentar alguns estudos realizados na área de investigação. No Capítulo 2 – Metodologia, retrata-se o método e o tipo de abordagem utilizados, o método de procedimento adotado, o

modelo de análise. Segue-se o Capítulo 3 - Contextualização nacional e internacional: 28 maio 1926, onde se mostra ao leitor um enquadramento nacional, ao nível político, económico e militar do período da I República, bem como retrata-se a caracterização sociológica dos militares participante no 28 de maio de 1926. No Capítulo 5 - Contextualização nacional e internacional: 25 de abril, realizasse a mesma abordagem do Capítulo 3. É ainda realizada uma resumida abordagem às reformas militares executadas no período de 1926 a 1974.

CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA E ESTADO DA ARTE

1.1. Revisão da Literatura

Existe um número elevado de bibliografia relativamente ao estudo da atuação/postura do Exército no decorrer dos regimes constitucionais, ou por outras palavras, a evolução das relações entre a instituição militar e o poder político, durante o século XX.

Neste sentido, a primeira grande dificuldade em estudar a I República Portuguesa (1910-1926) é penetrar no volume de publicações existentes, pelo que, de seguida elencamos algumas das que consideramos mais pertinentes.

No quadro das obras mais antigas, existem obras relativas à participação e experiência portuguesa na I GM e, também, memórias e testemunhos de toda a mudança que ocorreu na sociedade portuguesa. A título de exemplo: o estudo de João Chagas, de 1915, intitulado “Portugal perante a Guerra. Subsídios para uma página da história nacional” e o livro de Jaime Cortesão, “Memórias da Grande Guerra: 1916-1919”, escrito em 1919. Já durante a década de 20, a obra de Júlio Moniz (tenente de artilharia, na época), redigida em 1925, “O 18 de Abril (elementos para a história d’uma revolução vencida)”. No mesmo ano, Joaquim Vasconcelos escreve “O movimento nacional de 18 de Abril. Comentários e revelações”. Um ano depois, em 1926, Alberto Ilharco (general, na época) redige “Memórias. Alguns apontamentos sobre a influência da política no Exército”. Uma década depois, mais concretamente em 1931, “A vida agitada do Marechal Gomes da Costa «Documentário da vida militar e política do grande soldado»”, redigida pelo filho de Gomes da Costa, que dá conta das memórias vividas pelo seu pai, com fortes argumentos acerca das tomadas de decisões políticas e os seus efeitos na instituição militar.

Em publicações mais recentes, surgiram vários autores que se debruçaram na História Militar Contemporânea de Portugal.

Douglas Wheeler, na edição de “História política de Portugal de 1910 a 1926”, publicada em 1985, fornece um enquadramento dos acontecimentos que provocaram a queda da monarquia, com uma breve resenha do passado de Portugal, especialmente desde 1820. Aborda posteriormente a instabilidade política, com as sucessivas mudanças de governo, a corrupção, a influência do caciquismo e a I GM, como elemento que

contribuiu para a degradação das finanças públicas. O autor fornece a ideia de que os militares seriam a solução para toda a instabilidade, convergindo, desta forma, para uma tendência de golpismo a realizar por estes.

A obra de Oliveira Marques, em 2010, “A 1ª República Portuguesa (Alguns aspetos estruturais)”, coloca em evidência a fraqueza ideológica do regime, assim como, a instabilidade vivida em bastantes níveis da sociedade portuguesa – a população, a propriedade, as classes sociais, a questão religiosa, a cultura, o desenvolvimento colonial -, o que explicaria, em grande parte, o fracasso do regime.

O historiador António José Telo apresenta-nos em dois volumes, a obra “Primeira República”, que constitui um enorme contributo para a compreensão do enquadramento social e político de uma das primeiras repúblicas da Europa. O seu primeiro volume, “Do sonho à realidade”, publicado em 2010, analisa, desde o ano da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1911, as fraturas da sociedade portuguesa que se refletiram em vários setores da sociedade, criando uma grande instabilidade política, agravada ainda pela guerra de 1914-1918. Termina com o rescaldo da guerra e a ascensão política de Sidónio Pais. O segundo volume “Como Cai um Regime”, publicado em 2011, explica de que forma se deu o regresso da “velha república”, e aponta as causas económicas e financeiras que estiveram na origem da queda do regime republicano.

José Medeiros Ferreira publicou, em 2001, a obra “O Comportamento Político dos Militares”, fruto da sua tese de doutoramento em História, apresentada em 1992. Este autor abriu novas perspetivas para o estudo das Forças Armadas (FA) no Portugal contemporâneo, já que apresenta uma correlação entre a História da instituição militar e a História dos regimes políticos, que existiram em Portugal, durante o século XX. Deu relevância à pesquisa de fontes estrangeiras, mesmo quando se pretende tratar da história nacional, de modo a compreender o relacionamento entre os agentes internos e externos, para uma dada situação.

1.2. Estado da Arte

Tendo como referência o tema que se intenta analisar no trabalho aqui lavrado, é imprescindível fazer referência a duas obras em particular, pois contribuíram de forma valiosa para esta investigação. Aliás, essas duas publicações serviram como linhas orientadoras para esta pesquisa e foram essenciais para se conseguir formular a comparação que se pretende. Referimo-nos, pois, à tese da Doutora Maria Carrilho, realizada em 1985, “Forças armadas e mudança política em Portugal no Século XX”, e

ao artigo “Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército), de Aniceto Henrique Afonso e Manuel Braz da Costa, de maio de 1985.

A primeira obra acima listada apresenta um estudo sobre os militares perante a mudança política, de um ponto de vista sociológico. Primeiramente, a autora, estuda a instituição militar e as relações civis-militares e, posteriormente, divide em três períodos a HP do século XX. Em cada período, Carrilho focaliza o seu estudo na mudança política, ou seja, nos “momentos fortes” do derrube e instauração de regimes políticos: 5 de outubro de 1910; 28 de maio de 1926; 25 de abril de 1974. Manuseia e trata fontes quantificáveis e processos estatísticos, o que lhe permite apresentar dados muito interessantes, como é o caso, do número de oficiais presentes nos governos, assim como as suas origens e antecedentes familiares.

Já o estudo de Aniceto Henrique Afonso e Manuel Braz da Costa, realizado com base na obra de Maria Carrilho, apresenta os oficiais que assinaram pelo menos um dos vários documentos definidores do pronunciamento ocorrido a 25 de Abril de 1974.

Desta forma, os autores supramencionados determinaram algumas características sociológicas dos oficiais protagonistas do pronunciamento.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

O OG deste trabalho de investigação é: “Descrever o papel dos oficiais em início de carreira, do Exército Português (subalternos e capitães), nas transições de regimes políticos de 1926 e de 1974. E, de que forma a dinâmica nacional e internacional converge para o pronunciamento destes militares”.

Ora, para a concretização deste OG torna-se necessário delimitar a investigação em duas partes. No concernente à primeira parte - “Descrever o papel dos oficiais em início de carreira, do Exército Português (subalternos e capitães), nas transições de regimes políticos de 1926 e de 1974.” - faz-se incidência apenas nos “momentos decisivos”, ou seja, os pronunciamentos militares, iniciados a 28 de maio de 1926 e a 25 de abril de 1974 e ao “papel” dos militares, através de uma caracterização sociológica segundo quatro parâmetros: arma/serviço, posto, origem distrital e proveniência familiar.

Quanto à segunda parte- “De que forma a dinâmica nacional e internacional convergem para os dois pronunciamentos militares”-, esta encontra-se delimitada no período de 1910 a 1974, sob três fatores nacionais: político, militar e económico. Quanto à dinâmica internacional é analisada sob a influência que esta deteve, ou não, no Exército Português, em igual período.

Apesar de não ser objeto de estudo deste trabalho as reformas militares executadas, no período de 1926 a 1974 são um incontornável instrumento organizacional, merecendo, por isso, o devido destaque.

A partir de uma investigação indutiva¹, pretende-se verificar qual foi o “papel” dos oficiais em início de carreira do Exército Português (subalternos e capitães) na alteração dos regimes políticos, ocorridos em 28 de maio de 1926 e em 25 de abril de 1974. Nesta análise, procede-se à contagem dos participantes em cada um dos pronunciamentos e à sua análise sociológica (“elemento particular”, do método indutivo). Pelos resultados obtidos, granjeamos a primeira parte do OG.

Seguidamente, a partir de uma investigação dedutiva², pretende-se entender, para cada um dos períodos, de que forma os elementos de ordem política, militar, económica

¹ De acordo com Freixo (2012, pp. 95 e 96) “o raciocínio indutivo faz-se do *particular* para o *geral*”.

² Por sua vez, o método dedutivo consiste em partir “da lei geral, da teoria, a que se chega mediante a razão e a partir dela se deduzir consequências lógicas aplicáveis à realidade” (Freixo, 2012, p.85)

e internacional influem para a tomada de decisão da ação armada, por parte destes militares. Obtém-se, assim, a resposta à segunda parte do OG da investigação.

No atinente aos métodos de procedimento, é utilizado o método comparativo³, nas conclusões da investigação. Utiliza-se este método, com o intuito de correlacionar os dados obtidos em cada um dos pronunciamentos militares e, desta forma, responder à QC *“Qual foi representatividade dos oficiais em início de carreira do Exército Português, nos pronunciamentos militares do 28 de maio de 1926 e do 25 de abril de 1974? De que forma a dinâmica nacional e internacional convergem para o desencadeamento destes pronunciamentos, por parte dos jovens oficiais?”*

Este trabalho de investigação faz uma abordagem qualitativa e quantitativa (ou seja, mista⁴) de recolha de dados. A abordagem quantitativa, de acordo com Freixo (2012, p 45), permite uma maior precisão. O investigador, através da utilização deste tipo de abordagem, tem a oportunidade de reproduzir objetivamente, comparar e generalizar situações semelhantes (Freixo, 2012). É o caso da contagem de oficiais que tiveram participação nos pronunciamentos de 28 de maio de 1926 e de 25 de abril de 1974.

A abordagem qualitativa, segundo Freixo (2012, p. 173), visa o ato de “descrever ou interpretar mais do que avaliar”, sendo essencial a compreensão do fenómeno por parte do investigador. É o exemplo da interpretação dos fatores nacionais e contextualização internacional, no despoletar da ação armada, executada, pelos oficiais em início de carreira.

A problemática da investigação foi substituída pela pesquisa exploratória bibliográfica, sob o tema, com o propósito de responder à QC. A partir desta foi estudado qual seria o modelo de análise⁵ que se deveria empregar para garantir a criação das Questões Derivadas (QD):

- QD 1: “Qual a influência que os regimes políticos no momento anterior a cada um dos pronunciamentos tiveram para a ação dos militares?” e relaciona-se com o OE 1.

³ “O método comparativo tem como objetivo estabelecer leis e correlações entre os vários grupos e fenómenos sociais, mediante a comparação que irá estabelecer as semelhanças e/ou diferenças” (Vilelas, 2009, p. 49)

⁴A utilização de uma investigação que utilize a abordagem de pesquisa mista tem a vantagem de focar-se não só na observação de factos objetivos, mas, também, de fenómenos precisos, que existem independentemente do investigador (Freixo, 2012).

⁵ Ver Apêndice A.

- QD 2: “De que forma as mudanças e condições militares influenciaram a vontade dos militares para a alteração do regime político vigente, em cada um dos períodos?”, relaciona-se com o OE 2.
- QD 3 “Qual foi o quantitativo dos oficiais que participaram nos pronunciamentos e quem eram estes militares?”, relaciona-se com o OE 3.
- QD 4: “Qual a influência da economia portuguesa no despoletar dos dois pronunciamentos militares?”, relaciona-se com o OE 4.
- QD 5: “Qual a influência/dimensão do sistema internacional nos pronunciamentos militares de maio de 1926 e abril de 1974?”, relaciona-se com o OE 5.

A pesquisa bibliográfica incide em publicações de doutrina da época, nos livros e artigos que se centraram bem nesta temática, bem como em alguma documentação da época, identificando e selecionado os estudos de maior vulto para o temático.

CAPÍTULO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL: 28 DE MAIO DE 1926

3.1. Situação política nacional

Após a queda da Monarquia Portuguesa, a República é instaurada e o Partido Republicano proclama o novo regime. Permanece um governo provisório em funções até à formação do primeiro governo constitucional, no dia 3 de setembro de 1911 (Martins, 1976). A 21 de agosto de 1911, é aprovada a nova (CRP)⁶ que definia a soberania como responsabilidade única e exclusivamente da Nação. Exercia de forma tripartida os poderes tradicionais: o executivo, da competência do PR e do governo; o legislativo, atribuído ao Congresso da República, dividido em duas câmaras, ambas eleitas por sufrágio direto - o Senado e a Câmara de Deputados; e o judicial, executado pelos tribunais. Ao congresso incumbia, entre outras atribuições, eleger e demitir o PR. A esta entidade competia a promulgação das leis, sem direito ao veto ou à dissolução do parlamento. Além disto, todos os seus atos eram submetidos ao referendo ministerial, mas competia-lhe nomear e demitir os ministros (Pinto, 1998)

Na ótica de Pinto (1998), a CRP de 1911 foi aprovada por uma Assembleia constituída por uma maioria pertencente ao Partido Republicano que estabeleceu um regime parlamentar⁷, não concentrando quaisquer poderes no PR. Nela não estava definido o sufrágio universal, pois afirmava que o caciquismo nas províncias não permitia o alargamento na participação política.

Oliveira Marques (2010), ao contrário de Pinto, não concorda com a ideia de que o sistema eleitoral presente na I República tenha sido limitado, uma vez que considera que “Regra geral foram mais livres do que quaisquer outras anteriormente a 1910, sendo a fiscalização por elementos oposicionistas ao governo muito mais efetiva do que nunca” (p. 74). A preocupação da I República de “preparar um corpo consciente de cidadãos através da educação, e em evitar o caciquismo tradicional” (p. 73), não permitia o sufrágio universal.

⁶ A CRP de 1911, foi a quarta constituição portuguesa, e a primeira constituição republicana do país.

⁷ De acordo com Martins, em 28 de maio de 1926, dia em que teve lugar as eleições para a Assembleia Constituinte, os representantes do Partido Republicano ocuparam todos os lugares, assegurando desta forma a unidade e, portanto, o monopólio político do partido (1976).

Durante a permanência do governo provisório, Afonso Costa - Ministro da Justiça - imprimiu um caráter revolucionário nos planos político e religioso. Este governo, em 22 de outubro de 1910 elaborou um decreto que suprimia o ensino religioso e, a 4 de novembro do mesmo ano, um novo decreto autorizava o divórcio. Lançando-se numa via mais revolucionária, a 31 de outubro de 1910 reconheceu o direito à greve⁸. A 20 de abril de 1911, Afonso Costa redigiu alguns decretos-lei que previam a separação da igreja do Estado. A 2 de fevereiro de 1912, já em regime constitucional, redigiu o código de estado civil. É a este governo de transição que cabe o essencial da obra republicana, e que desde então, a república contentar-se-á em sobreviver (Martins, 1976).

Coube a Manuel de Arriaga, primeiro chefe de Estado, formar o primeiro governo constitucional. Este elege João Chagas para ocupar a pasta de “1º ministro”, o qual forma o seu governo, a 3 de setembro de 1911. Apenas durou 70 dias, demitindo-se a 7 de novembro (Martins, 1976). Não pretendendo analisar as razões que estiveram por detrás da queda de cada governo e da presidência da república, pois seria uma análise bastante extensiva, dado que a I República contou com 45 governos, vivendo grande instabilidade política, em especial no período pós-guerra (Pinto, 2004) apresentam-se seguidamente as visões de alguns autores acerca da mesma, no âmbito da política nacional.

Telo (2011) afirma que a república não se constitui como um desenvolvimento e progresso, no sentido de devolver a autoridade ao Estado e a estabilidade ao regime político, sendo assim chamada por este autor de “democracia limitada” (p. 320) . O escritor classifica a I República como uma democracia elitista com fortes limitações em certos períodos (entre 1910-1914, entre 1917-1919 e 1919-1926). Este primeiro período foi fortemente marcado pelo grau das liberdades legais, que dividiu, desde os primeiros momentos, os republicanos, e originou a constituição de dois grupos: os republicanos radicais, que condicionavam o exercício das liberdades, usando para isso a violência e as perseguições, aplicadas através das milícias civis, manipulação da lei pelas autoridades e ataques aos jornais; e os republicanos moderados, que se aproximavam da população rural e analfabeta, contrariando, deste modo, a limitação das liberdades por parte dos radicais. Segundo Pereira (1978), os republicanos radicais constituem a causa para o fim das instituições democráticas portuguesas, que se aproximavam cada vez mais de uma ditadura de facto.

⁸ Este decreto sofreu alterações a 6 de dezembro de 1911 visando limitar-lhe o campo de aplicação, pois o número de greves ocorridas neste ano foi extremamente alargado, alcançando as 193 manifestações (Wheeler, 1978a).

O segundo período (1917-1919) foi marcado pelo regime de Sidónio Pais⁹.

Por fim, o terceiro período (1919-1926) pautou-se pelo momento em que as liberdades consagradas na lei eram permitidas a uma minoria republicana, pois eram muitas as oposições.

Pereira (1978), após explicar as contradições políticas existentes na sociedade portuguesa a que chamou “o dilema república-monarquia” (p.10), verificou que estas eram cada vez menores, sendo substituídas por outro tipo de contradição, o “dilema ordem-desordem” (p.11). Este autor apresenta o seu argumento com base em acontecimentos como: o fracasso da tentativa de restauração monárquica, em 1919; o aparecimento da Legião Vermelha¹⁰; o surgimento da revista Seara Nova, que traduz a insatisfação de um grupo de intelectuais com o rumo da política portuguesa; o próprio ambiente de greves; tumultos pouco esclarecidos, como o assassinato de Sidónio Pais, em 1918, os assassinatos de António Granjo, Machado Santos e Carlos da Maia, em 1921¹¹.

A verificação de que a autoridade do Estado e das forças militares se diluía com a instabilidade governamental, faziam com que a necessidade de lei e ordem se tornasse premente (Marques & Henrique, 1992). Wheeler (1978) refere igualmente este dilema, afirmando que além das baixas causadas pela guerra, pelo menos três mil ou, possivelmente, quatro a cinco mil portugueses morreram em consequência de conflitos civis durante a I República e milhares de outros ficaram feridos.

Ao regime saído do 5 de outubro de 1910 faltou-lhe a definição de um quadro institucional que possibilitasse o desenvolvimento económico e igualmente a construção de medidas económicas e sociais que melhorassem a vida da população. Na verdade, faltou aos decisores políticos alterar o seu próprio comportamento, as suas ambições pessoais, a corrupção, o choque de ideologias e encarar a questão religiosa de uma forma diferente (Madureira, 2016). Wheeler (1978a) atribui a este fator, o comportamento

⁹ Em 5 de dezembro de 1917, o Major Sidónio Pais destituiu o regime de Bernardino Machado e assumiu poderes autocráticos, mantendo-se no poder até ao fim da I Guerra Mundial (Campinos, 1975). Tinha apenas 38 anos quando assumiu a presidência, contrastando com os anteriores presidentes (Teófilo – 67 anos, Arriaga – 70 anos, Bernardino Machado – 59 anos). A realidade da situação política vivida durante a presidência de Sidónio Pais era ditatorial, tanto nos processos de atuação como nos atos do governo, embora este não fosse assumido por quem o punha em prática (Medina, 2007).

¹⁰ A Legião Vermelha foi uma organização clandestina que se tornou “visível” por atentados terroristas.

¹¹ O ano de 1921, em particular, ficou assinalado por este assassinato. Em 19 de outubro na sequência de uma revolução e demissão do governo foi criado tal desordem que levou ao assassinato destas três entidades, em que alguns dos quais tinham participado no movimento que implantou a República. Este episódio ficou conhecido na história como a “Noite Sangrenta”, contribuindo para a instabilidade governativa (Marques & Henrique, 1992).

político dos políticos, referindo-o como o contributo mais importante para o colapso da república, não dissociando, porém, a natureza e o papel dos militares.

Aliás, os militares acompanharam desde sempre toda a situação, e deram provas vivas de que estavam atentos às mudanças e à instabilidade política que se fazia sentir (Telo, 2011). Neste instante, urge referir que, no subcapítulo seguinte, será possível entender o porquê de este desequilíbrio entre o Exército e o Estado, contudo, pode-se referir que ao nível político nacional, a intervenção militar tornou-se evidente.

A primeira intervenção surge do “movimento das espadas”, que conduziu ao governo de Pimenta de Castro. Aquela, apesar de se constituir como um pronunciamento pacífico, demonstrou a questão de fundo: o descontentamento dos militares face à política governamental favorável à participação portuguesa na I GM. Nesse contexto, o movimento marcou uma viragem no comportamento dos militares em face do poder político vigente (Telo, 2011).

Em 1917, surge, com Sidónio Pais, a segunda demonstração do poder da instituição militar, evidenciando, porém, um caráter bastante diferente e daquilo que os militares pretendiam para o regime. Resumidamente, Sidónio Pais pretendeu instaurar uma nova reforma, fora de um regime parlamentar. O chamado período “sidonismo” foi, pois, caracterizado pela tentativa de promoção de um regime ditatorial por parte deste oficial do Exército (Medina, 2007). De acordo com Telo (2011), Sidónio, em poucos meses e sem qualquer base teórica ou de modelos, “encontrou o essencial da receita para reformar o Estado, que seria amplamente copiado na Europa e na América nas décadas vindouras.” (p. 320).

Já a terceira tentativa, de acordo com Telo (2011), iniciou-se na Flandres, por parte de um núcleo de oficiais conservadores, e que depois de várias tentativas falhadas veio a consubstanciar-se no 28 de maio de 1926. Uma reflexão sobre estas tentativas ocorrerá no subcapítulo “Principais acontecimentos de tentativa de alteração do regime precedentes ao pronunciamento”, deste trabalho de investigação.

3.2. Situação militar nacional

A aprovação pelo governo provisório, a 2 de março de 1911, da nova lei de recrutamento, propunha a transformação de um Exército do estilo monárquico para um Exército de caráter universal.

Entre muitas outras medidas, foi decretado o serviço militar obrigatório (SMO) (Matos, s/d). No entanto, este sistema mostrou-se ineficaz em 1916, quando Portugal

entrou na fase europeia da I GM. Como o sistema de milícia adotado, preconizava dois quadros de oficiais: o quadro permanente e o quadro miliciano -, isto provocou um ressentimento nos oficiais de carreira, porque julgavam que os “outros” iriam destruir o profissionalismo militar (Wheeler, 1978b). Assim, a lei de recrutamento, porém, não surtiu qualquer efeito, pois esta proibia as remissões a dinheiro e as substituições. Todavia, tal proibição nunca foi efetiva, pois havia uma parcela da população que nunca chegava a cumprir o serviço militar (Matos, s/d). Maria Carrilho (1985) descreve esta mesma fuga: “Em 1915, dos 70 mil mancebos a inspecionar apenas se apresentaram 22 862, ou seja apenas 32,9%.” (p. 209). Douglas Wheeler (1978b) descreve também esta falha do serviço militar: “Alguns eram rejeitados nas inspeções médicas por incapacidade física, mas outros conseguiram escapar devido a influências políticas” (p. 194). Além disto, afirma que o recrutamento recaía sobretudo na população mais desfavorecida.

Nas unidades fazia-se sentir um espírito de indisciplina que abria portas a casos de deserção não punidos, pondo em causa a autoridade dos comandantes do próprio Exército, muito em parte causados pelos problemas a nível do material, tais como por exemplo: o fabrico de arsenal próprio, como espingardas ou canhões, o fabrico de munições nas oficinas do arsenal, que não chegariam sequer para um dia de campanha, a falta de armamento, fardamentos, equipamentos, muares, cavalos e viaturas que não permitiam o treino das próprias táticas, técnicas e procedimentos de guerra, tanto pelos soldados como pelos próprios oficiais (Moniz, 1926). Do ponto de vista moral e do bem-estar das tropas: a indisciplina ia dando lugar às deserções comuns; a perda de valores militares, como a camaradagem, espírito de delação e covardia moral, não permitiam manifestar o que cada um sentia. Assim, a confiança nos próprios superiores era quebrada e diminuiu a coragem face às dificuldades sentidas em serviço. Esta realidade é também descrita pelo General Ilharco que, tal como Botelho Moniz, viveu de perto os pronunciamentos antecedentes ao 28 de maio: “A disciplina afrouxada, consequência da má orientação na implantação do regímen republicano, e a desordem produzida pela recente organização do exército, completavam o quadro da nossa tristíssima situação militar” (1926, p. 45).

O estado de espírito das tropas que desembarcaram em França, inclusive dos próprios comandantes, refletia a imagem da situação política interna portuguesa. A corroborar o que enuncie-se, sustente-se e destaque-se que o General Tamagnini Barbosa, o comandante Ferreira do Amaral e o General Gomes da Costa eram contra a intervenção (Martins, 1976).

O Exército Português, em África e na Europa, estava mal preparado, combatendo muitas vezes em situações desesperadas. Conforme Jaime Cortesão viria a admitir mais tarde: “Na verdade não tínhamos um Exército capaz de tomar parte numa guerra moderna” (1919, p. 252). Toda esta contestação relativamente à falta de preparação das tropas portuguesas deveu-se em grande medida às necessidades urgentes de rápida preparação dos homens para a guerra¹² (Carrilho, 1985). Antunes (1978) afirma que “Esse Exército moralmente dizimado na carnificina da Flandres, numericamente engrandecido pelas vicissitudes da guerra, mistificando os heróis da pacificação africana, esse Exército não dará tréguas jamais” (p. 12).

Após o período da I GM, o número de oficiais aumentou significativamente, muito devido ao ingresso de oficiais milicianos no período da guerra (Moniz, 1926). Recorde-se que o governo, a 23 de novembro de 1921, mandou publicar um decreto que permitiria aos oficiais milicianos permanecerem na instituição com vencimentos por inteiro, o que levantou várias contestações entre os oficiais de carreira (Antunes, 1978).

Outra situação ocorrida confrangedora no pós-guerra foi a aquisição de armas aliadas usadas. Efetivamente, Portugal tinha adquirido armamento e munições aos aliados nos tempos de maior conflitualidade da I GM: forneceram 20.000 espingardas 6.5m/m m/904, 56 peças 7.5cm Tiro Rápido (T.R). m/904, 12.000 cartuchos 6.5 m/904, 56 carros de munições n.º1, 14.000 cartuchos com granada com bala 7.5 T.R. m/904. Além de tudo isto, é ainda de referir o fornecimento de sobressalentes, como, por exemplo: coronhas, fechos de segurança, entre outros. Somadas todas as importâncias, totalizou um valor de 229.792\$80,7 escudos.

Entretanto, a república debatia-se com graves problemas de autoridade e segurança, a violência nas ruas atingia pontos sem precedentes e os custos de vidas humanas alcançava números exorbitantes. Por tudo isto, a república necessitava de umas FA fortes e leais, o que não se verificou, devido quer à desconfiança mútua entre dirigentes políticos e os militares quer à instabilidade política (Wheeler, 1978a).

Em 1919, a Guarda Nacional Republicana (GNR) foi reforçada, recebendo pessoal e armamento (artilharia pesada e metralhadoras) e passando a constituir uma das forças de defesa mais importantes do regime, o que provocou ressentimentos na ordem pública

¹² O caso mais conhecido desta transformação é o “milagre de Tancos”, que consistiu na preparação de uma Divisão do Exército para a I Guerra Mundial, em apenas 3 meses (Freire, s/d). Os cursos na EG sofreram modificações, com a redução do ano letivo a seis meses, sem férias e com redução dos programas e matérias, e por último são tomadas medidas para aumentar o número de oficiais, através da aceleração de promoções de aspirantes e sargentos a alferes (Carrilho, 1985).

(Wheeler, 1978b). Porém, esta medida foi temporária e, em fevereiro de 1922, o presidente do Ministério António Maria da Silva retirou meios e armamentos à GNR, apaziguando os comandantes do Exército (Leal, 1968).

3.3. Situação económica nacional

Telo (2011) refere que as causas que levaram ao fim do regime são diversas. Contudo, considera que o principal falhanço estava relacionado com o desastre financeiro provocado pelos governos nos anos finais do regime. “A política financeira é o eixo central que permite entender o falhanço dos projetos desenvolvimentistas da segunda metade da república, o que, por seu lado, é a razão da queda do regime” (Telo, 2011, p. 107). O período da guerra e do pós-guerra iria assinalar a maior desestabilização da sociedade portuguesa. Os esforços exigidos a Portugal pela entrada na I GM e a derrota militar de *La Lys* foram dois dos elementos que marcaram a queda da república e a implantação da ditadura militar (Castano, 2014). A onda de patriotismo que era esperada no País pela sua participação na I GM, não se fez sentir e os diversos problemas económicos e financeiros atacaram de imediato governo, pondo em grande plano as debilidades da política democrática (Martins, 1976).

A inflação portuguesa de 1918 a 1924 foi uma das maiores da Europa, muito devido à crescente emissão de notas que se fez sentir desde o ano de 1914 até 1924 para compensar a subida dos preços de bens e serviços, provocada pela falta de abastecimentos (Ramos, 1994). Assim, a inflação entre 1919 e 1924 cresceu numa média de 43% por ano. Teve os seus picos em 1920 (73.1%) e 1923 (57%) (Telo, 2011).

A subida dos preços alcançou o seu pico, em 1918, devido ao montante de dinheiro em circulação. Em 1921, o custo de vida subiu dez vezes mais em relação a 1914, mas os salários haviam aumentado 6 vezes e no ano seguinte atingiram o custo de vida (Martins, 1976). Toda esta perturbação económica acabou também por afetar os militares. “O Exército tem sido a couraça estratégica e a reserva pueril na sociedade da pequena produção” (Antunes, 1978, p.7).

Na verdade, o Exército enfrentava graves problemas a nível económico, como descreve Botelho Moniz: “condoidos dos seus officiaes que vivem na miseria e necessitam de trabalhar como professores, comerciantes (...) e até porteiros do Coliseu, para conseguirem juntar cobres indispensáveis ao sustento da familia” (Moniz, 1926, p. 40).

Executava-se largas despesas com as FA, sem que tal se refletisse em melhoria de material. Os militares não tinham fardamento e o seu poder de compra reduziu drasticamente desde 1914 para 1925 (Antunes, 1978).

“Mil exemplos de desolação se poderiam colher do arsenal de maldições (...) Regimentos de Cavalaria galhardamente funcionavam, em 1926, com meia dúzia de cavalos. No 4º Grupo de Metralhadoras, em Estremoz, a instrução fazia-se com (...) uma pipa em cima de uma carroça. Fingia de carro de munições” (Antunes, 1978, p.33).

Os militares queixavam-se da degradação dos seus salários, bem como do carácter obsoleto do armamento e equipamento: “A situação do Exército Português, é, quer encarada sob o ponto de vista material, absolutamente desoladora. O estado de desprezo, miséria e aviltamento a que chegou a força pública, justificaria por si só mil pronunciamentos ” (Moniz, 1926, p.27).

3.4. Contextualização internacional: 28 de maio de 1926

Aquando da proclamação da I República, Portugal estava inserido numa Europa maioritariamente monárquica em que a sociedade portuguesa foi a primeira a dotar-se de um regime republicano. Só passados alguns anos, em consequência da I GM, surgiram repúblicas na Rússia, Alemanha, Áustria, Estónia, Letónia, entre outros (Ferreira, 2012).

Uma das primeiras preocupações da política externa do novo regime foi a diversificação das relações internacionais de Portugal (no campo diplomático, comercial e financeiro), sendo esta interrompida pela entrada na I GM (Ferreira, 2012).

Na perspetiva de Telo (2011), o contexto internacional funcionou como um contributo para a queda da I República. O autor aponta mesmo a política de forçar a Inglaterra a aceitar a beligerância como “o maior dos desastres” (p. 315).

Com o pedido de Londres para o apresamento dos navios alemães surtos em portos portugueses, em fevereiro de 1916, surgiram novas discussões entre Londres, Paris e Lisboa (Ferreira, 2012). A França pretendia os navios para o serviço dos aliados, a Inglaterra invocava a Aliança inglesa para requisitar os navios apenas para o seu serviço e Portugal precisava de meios de pagamento para financiar o orçamento da guerra (Teixeira, 1996). Afonso Costa mostrou-se irredutível e, ao longo do mês de janeiro de 1916, tentou que a Inglaterra admitisse que a requisição dos navios alemães fosse precedida de uma declaração de guerra à Alemanha. Após alguns debates, a Inglaterra acabou por solicitar a apreensão dos navios em nome da Aliança e, perante esta atitude,

a Alemanha respondeu, a 9 de março de 1916, com a declaração de guerra a Portugal (Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE], 1995).

Ao entrar na I GM, Portugal ingressou numa era de dependências a todos os níveis. Eram necessários recursos “financeiros, técnicos, logísticos, de transporte, de comunicações, de informações, de treino, de enquadramento, de tudo enfim” (Telo, 2011, p. 316). Além disto, Telo (2011) refere que Portugal chega a recusar as sugestões e propostas britânicas, em aspetos relativos à falta de operacionalidade do Corpo Expedicionário Português. Face a isto, a própria força fica desmoralizada e enfraquecida. As propostas britânicas de retirar as forças portuguesas da frente de combate são constantemente recusadas por Portugal.

Com o fim da guerra iniciou-se a discussão de recompensas e foram bastante discutidos os objetivos que tinham levado o governo republicano a participar nas operações militares da Guerra (MNE, 1995). No entanto, como refere Ferreira (1992, p. 9) “Portugal ganhava, com o seu esforço militar ao lado dos Aliados, o direito a participar na futura Conferência de Paz, que regularia a organização da sociedade europeia e mundial no pós-guerra”.

Além da aceitação da beligerância por parte de Inglaterra Telo (2011) refere como uma outra causa de ordem internacional que contribuiu para a queda da I República: a falta de visão dos republicanos de que os Estados Unidos da América (EUA) num futuro próximo seriam o grande poder do Atlântico, o que levou a Portugal a submeter-se aos caprichos e vontades de Inglaterra numa espécie de subserviência, fechando assim portas e janelas que se abriam. Aponta como exemplo desta subserviência, no contexto da guerra e dos laços que se estabelecem nos Açores¹³, o não aproveitamento dos créditos americanos concedidos a países europeus¹⁴, que levou mais tarde a apostar numa política financeira de desvalorização do escudo e inflação galopante, como já foi abordado anteriormente.

¹³ Durante o período da I GM os norte-americanos estabeleceram uma base naval em Ponta Delgada. As facilidades oferecidas nos Açores foram do tipo estratégico-naval e do tipo logístico, possibilitando aos aliados o fornecimento de dados meteorológicos, o abastecimento de carvão e alimentos aos navios anglo-americanos e o estabelecimento de estações de telegrafia sem fios (Ferreira, 2012).

¹⁴ “Depois de 1919, é um imenso rio de dólares que cai sobre a Europa: a Inglaterra contrai créditos gigantescos (...), o mesmo fazendo a França, a Itália, a Alemanha e todos os outros Estados Europeus” (Telo, 2011, p. 317).

3.5. Principais acontecimentos, de tentativa de alteração do regime, precedentes ao pronunciamento

“Certamente que o 5 de Março, o 18 de Abril, e 19 Julho [...] teem entre si as ligações lógicas do estado caótico e anárquico em que se encontra a sociedade portuguesa. Todos são e serão a natural reação de um organismo doente que faz esforços por recuperar a saúde perdida” (Vasconcelos, 1925, p. 21). O desejo de mudança súbita nos poderes do Estado e nos processos administrativos era cada vez mais alastrado pelo país e sobretudo nos militares (Vasconcelos, 1925).

Maria Carrilho (1985) apresenta na sua obra três movimentos que tiveram esta mesma intenção de manifestação, sendo o primeiro registado a 5 de março de 1925, e assenta no assalto falhado ao Quartel-General de Lisboa. O segundo episódio é a movimentação de 18 de abril de 1925. Por último, a terceira tentativa ocorreu, a 19 de julho do mesmo ano, com a evasão do Forte de São Julião da Barra.

De acordo com o relatório cedido a Vasconcelos por Egas Mendes de Carvalho¹⁵, sobre os acontecimentos desta pronúnciação, o movimento de 5 de março de 1925 foi um golpe de tentativa de imposição de destituição do regime, com o objetivo de impor um Governo Militar Nacional. Foi organizado por um grupo de militares que, através da pronúnciação das guarnições de Lisboa, viria a despoletar o pronunciamento das restantes guarnições do país (Vasconcelos, 1925).

Este movimento, formado por um “exército político”, estava dividido em três grupos. Assim, o primeiro era constituído por oficiais que estavam completamente comprometidos com a iniciativa desta mesma pronúnciação e que iniciariam o movimento mal fosse dada a ordem; já o segundo grupo pertencia ao conjunto de oficiais que se colocavam sempre ao lado do vencedor e obedeciam ao poder constituído, sendo estes enganados levados a crer que eram ordens dos seus superiores; e por fim, o terceiro grupo era constituído por os “oficiais políticos” que tinham sido considerados traidores em movimentos anteriores, pelo que teriam de ser feitos prisioneiros, mal fosse desencadeado o movimento. Apesar do plano, este não conseguira tomar pronúnciação por um ato inesperado por parte de um dos militares implicados no primeiro grupo referido anteriormente, o que levou à prisão do Capitão Cal, oficial encarregado com a missão de prender o terceiro grupo de oficiais atrás descrito (Vasconcelos, 1925).

¹⁵ Oficial que participou no movimento militar, de 5 de março de 1925.

Medeiros (1978) considera a revolta militar de 18 de abril de 1925 como “o ensaio geral” do que viria a ser o 28 de maio de 1926. Na madrugada do dia 18 de abril foi iniciada a marcha para a Rotunda. A maioria das forças revoltosas era constituída por militares relativamente novos, subalternos e capitães, como é-nos descrito por Moniz:

“Encontram-se muito sangue na guelra, muitas energias, muitas vontades fortes, mas existem principalmente entre os subalternos e capitães, que raramente podem levar unidades atraz de si ... a quem falta um chefe de prestígio, com cabeça e outros órgãos nos seus devidos logares” (1926, p. 10).

Grande parte deste “sangue na guelra” (Moniz, 1926, p.10) refere-se ao transcendente aparecimento de uma geração de rapazes firmemente decidida em cessar o regime vigente. Contudo, afirma que estes não estavam bem cientes dos objetivos últimos do movimento, ou seja, qual o caminho a percorrer se o movimento fosse vitorioso¹⁶ (Costa, 1979). Esta tese é igualmente defendida por Telo: “Por detrás do 28 de Maio, estão os entusiastas tenentes, que foram os cadetes de Sidónio”(2005, p. 118). Costa (1979) aponta ainda outros cadetes, mais antigos, que com o envolvimento de Portugal da I GM, tiveram contacto com outras perspetivas, opiniões e intenções, muitas delas oriundas das indignações para com o sistema governativo, com a sua organização e os seus desleixos e corrupções devido ao próprio sistema político vigente. Desta forma, havia assim dois grupos de militares que se mostravam descontentes: por um lado, os cadetes mais velhos que tinham tido contacto com a dura realidade do combate; e por outro, os cadetes mais novos exaltados pelo “sidonismo” (Costa, 1979).

Passados 3 meses, eclodiu, a 19 de julho, um novo movimento comandado por Mendes Cabeçadas e constituído por oficiais que tiveram atuação também no 18 de abril. Este, tal como os outros movimentos não teve sucesso por parte das forças revolucionárias, sendo dominado pelas forças fiéis ao governo (Carrilho, 1985). Contudo, como refere (Vasconcelos, 1925, p. 302) “A ideia, porém, que impulsionou os dois movimentos jugulados, triunfará irremediavelmente num futuro próximo. Exige-o a alma nacional, impõe-no o interesse da Nação”.

3.6. O 28 de maio de 1926

3.6.1. Alguns parâmetros estatísticos dos Oficiais (Exército)

¹⁶ Curiosamente iremos encontrar este mesmo espírito nos “capitães de abril”, abordado mais à frente.

Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa procuraram saber “Quem eram os «capitães do Movimento»” de 25 de abril de 1974 (1985, p. 100). Nesta investigação, procura-se igualmente saber “Quem eram os oficiais que participaram no Movimento de 28 maio de 1926?”. De acordo com a “Lista de Antiguidade dos Oficiais do Exército – Quadro7

Permanente”, referida a 31 de dezembro de 1925, existiam 2.789 oficiais. Deste conjunto, foram contabilizados 108¹⁷ (8.0%). Este universo tem como base os oficiais que estiveram empenhados no pronunciamento iniciado a 28 de maio¹⁸.

3.6.2. Caracterização geral dos oficiais do Exército empenhados no pronunciamento

Do universo atrás identificado, verifica-se uma maciça participação das armas (Infantaria – 34.26%, Artilharia – 37.04%, Cavalaria – 24.07 %), conforme se encontra demonstrado no Quadro n.º 1. Ou seja, representavam uma totalidade de, 95.37% - 103 oficiais, empenhados neste pronunciamento. Em contrapartida, os Serviços denotam significativa reduzida participação. Contam no total com 4.71% - 5 elementos ligados a este pronunciamento.

Quadro n.º 1 - Distribuição por armas e serviços dos oficiais participantes no pronunciamento de 1926

Armas	N.º	%
Infantaria	37	34.26
Cavalaria	26	24.07
Artilharia	40	37.04
Medicina	3	2.77
Veterinária	2	1.94
Total	108	100.00

Fonte: Elaboração própria, com base em: AGE/SDG/OS/3123; AGE/SDG/OS/3329; AGE/SDG/OS/3508; AGE/SDG/OS/3537; AGE/SDG/OS/3600; AGE/SDG/OS/4354; AGE/SDG/OS/6359; AGE/SDG/OS/7674; AGE/SDG/OS/7696; AGE/SDG/OS/7704; AGE/SDG/OS/9999; AGE/SDG/OS/10168; AGE/SDG/OS/10282.

¹⁷ Afonso e Costa (1985) chamam universo à sua contagem. Igual consideração é utilizada neste trabalho de investigação.

¹⁸ AGE/SDG/OS/3123; AGE/SDG/OS/3329; AGE/SDG/OS/3508; AGE/SDG/OS/3537; AGE/SDG/OS/3600; AGE/SDG/OS/4354; AGE/SDG/OS/6359; AGE/SDG/OS/7674; AGE/SDG/OS/7696; AGE/SDG/OS/7704; AGE/SDG/OS/9999; AGE/SDG/OS/10168; AGE/SDG/OS/10282. Foram analisados os nomes enunciados nestas Ordens de Serviço (OS). Devido à inexistência documental, em arquivo, de inúmeras OS, não foi possível obter o total de indivíduos que participaram no pronunciamento de 28 de maio de 1926.

Quanto à distribuição por postos dos participantes – Quadro n.º 2 – saliente-se o facto de os Tenentes representarem mais de metade do universo em estudo, com 65 (60.19%). Estiveram igualmente presentes Capitães, com 20 (18.52%) e Alferes (11.11% - 12). A menor participação é nos postos de oficiais superiores e oficiais generais. Nesta última classe, número de envolvidos, representa 4.63% - 5 elementos participantes. Na classe de oficiais superiores, conta-se com a participação de 2 Majores (1.85%) e 9 coronéis (3.88%).

Quadro n.º 2 – Distribuição por postos dos oficiais participantes no pronunciamento de 1926

Postos	N.º	%
General	5	4.63
Coronel	4	3.88
Tenente – coronel	0	0.0
Major	2	1.85
Capitão	20	18.52
Tenente	65	60.19
Alferes	12	11.11
Total	108	100.00

Fonte: Elaboração própria, com base em: AGE/SDG/OS/3123; AGE/SDG/OS/3329; AGE/SDG/OS/3508; AGE/SDG/OS/3537; AGE/SDG/OS/3600; AGE/SDG/OS/4354; AGE/SDG/OS/6359; AGE/SDG/OS/7674; AGE/SDG/OS/7696; AGE/SDG/OS/7704; AGE/SDG/OS/9999; AGE/SDG/OS/10168; AGE/SDG/OS/10282.

Segundo Maria Carrilho (1985), os oficiais que iniciaram a carreira militar no período republicano provinham maioritariamente do meio urbano¹⁹- Quadro n.º 3. Neste âmbito, verifica-se que, no período compreendido, entre 1910-1919, mais de metade dos cadetes provinham das cidades. Os distritos de Portalegre, Évora, Braga e Faro são a exceção. Já no período compreendido entre 1920-1929, registou-se uma mudança da proveniência destes oficiais. Com efeito, apenas nos distritos de Lisboa/Setúbal e Porto é possível verificar que a maioria dos cadetes provinham do meio urbano. Todos os restantes distritos, neste período, apresentam uma maioria de oficiais provindos do meio rural²⁰.

¹⁹ Maria Carrilho (1985) conta como meio urbano apenas a população residente nas sedes de distrito. Esta diferenciação é também adotada neste trabalho.

²⁰ Deve-se entender que este quadro, por apenas mencionar a naturalidade dos oficiais que ingressaram na instituição militar desde 1910, não demonstra a realidade de todos aqueles que realizaram as tentativas de deposição e o derrube efetivo. Desta forma, o quadro apresenta, somente, a realidade geral, dos subalternos (e, também de uma parcela dos capitães) que tiveram participação no pronunciamento. Contudo, como visto

Quadro n.º 3 – Oficiais do Exército nascidos em cidades, sedes de distrito

Distrito/Zona de Nascimento	Década de entrada na Escola do Exército (EE), Escola de Guerra (EG) e Escola Militar (EM) ²¹	
	1910-1919	1920-1929
	Sobre o total oficiais nascidos no distrito	Sobre o total dos oficiais nascidos no distrito
Lisboa/Setúbal	84.7	88.9
Porto	74.2	61.7
Zona A ²²	51.9	35.0
Zona B ²³	44.5	31.0
Zona C ²⁴	53.3	25.4
Zona D ²⁵	25.7	26.3
Zona E ²⁶	22.7	24.2
Ilhas	18.7	15.3
Ultramar	18.1	0.0

Fonte: Adaptado de Maria Carrilho (1985)

Dos dados presentes nos Quadros n.º 4 e 5, ressaltam, desde logo, as respetivas percentagens dos grupos “Forças Armadas” e “Funcionários Públicos”. A carreira das armas, nestes períodos, parece provir de famílias de servidores do Estado, civis ou militares, com predomínio dos primeiros. É de notar a inexistência do número de militares provenientes de camadas sociais menos favorecidas, abrangendo o conjunto “Empregado”, “Empregado Qualificado” e “Agricultor não proprietário”. A partir do cruzamento de dados, entre os antecedentes familiares e os distritos de origem, verifica-se que esta camada de jovens além de ser do meio urbano, tem na sua maioria, familiares que exercem funções nos dois grupos descritos anteriormente.

anteriormente, a hierarquia de oficiais com maior representatividade é efetivamente a dos tenentes, ou seja, os que ingressaram na EE, na EG e EM, depois de 1910.

²¹ Após a implantação da República, a EE é remodelada, passa a designar-se de EG. Terminada a I GM, foi decretada, em 10 de maio de 1919, uma nova reorganização da Escola passando a denominar-se EM, até 1938 (Carvalho, 1993).

²² Zona A: Distritos de Viana do Castelo, Braga, Aveiro e Coimbra;

²³ Zona B: Distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda;

²⁴ Zona C: Distritos de Castelo Branco, Leiria e Santarém;

²⁵ Zona D: Distritos de Portalegre, Évora e Braga;

²⁶ Zona E: Distrito de Faro.

Quadro n.º 4 – Oficiais do Exército: antecedentes familiares relacionados com a origem geográfica (em percentagem)

Grupo de Profissões/ Distritos	Década de entrada na EE, EG e EM: 1910-1919								
	Lisboa	Porto	Zona A	Zona B	Zona C	Zona D	Zona E	Ilhas	Ultramar
Forças Armadas	66.0	29.5	36.0	23.0	45.5	33.4	50.0	21.5	85.8
Funcionário Público	9.1	17.7	24.0	23.0	0.0	20.0	25.0	28.6	14.2
Profissões Liberais	2.2	23.6	12.0	3.2	0.0	0.0	0.0	7.1	0.0
Proprietário	2.2	11.7	0.0	26.3	18.2	26.7	0.0	21.5	0.0
Comerciante	2.3	11.7	4.0	9.9	18.2	13.3	12.5	14.2	0.0
Empregado	6.9	5.8	8.0	4.9	9.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Empregado qualificado	2.2	0.0	0.0	1.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Agricultor não proprietário	0.0	0.0	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Operário/Artesão	9.1	0.0	12.0	8.1	9.1	6.6	12.5	7.1	0.0

Fonte: Adaptado de Maria Carrilho (1985)

Quadro n.º 5 – Oficiais do Exército: antecedentes familiares relacionados com origem geográfica (em percentagem)

Grupo de Profissões/ Distritos	Década de entrada na EM: 1920-1929								
	Lisboa	Porto	Zona A	Zona B	Zona C	Zona D	Zona E	Ilhas	Ultramar
Forças Armadas	64.1	42.9	48.6	43.1	44.8	54.1	62.9	33.4	92.4
Funcionário Público	10.2	23.9	8.6	17.0	2.6	5.4	18.6	6.6	0.0
Profissões Liberais	5.4	4.7	17.2	10.8	2.6	5.4	3.7	13.4	0.0
Proprietário	2.3	4.7	11.5	17.0	13.2	13.5	3.7	13.4	0.0
Comerciante	2.3	0.0	2.8	4.6	18.5	5.4	7.4	13.3	0.0
Empregado	7.1	14.3	2.8	0.0	2.6	5.4	3.7	13.3	7.6
Empregado qualificado	2.3	0.0	5.7	3.0	2.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Agricultor não proprietário	0.0	0.0	0.0	1.5	2.6	2.7	0.0	6.6	0.0
Operário/Artesão	6.3	9.5	2.8	3.0	10.5	8.1	0.0	0.0	0.0

Fonte: Adaptado de Maria Carrilho (1985)

CAPÍTULO 4 - CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL: 25 DE ABRIL DE 1974

5.1. Situação política nacional

A maioria dos historiadores efetua uma divisão deste período da história contemporânea. No período 1926-1933, o poder político era exercido por militares, conhecido, por Ditadura Militar. Numa fase posterior, este foi entregue a entidades externas ao serviço militar e, entre os anos de 1933 a 1974, ficou então conhecido, por Estado Novo. De acordo com Wheeler (1986), aquele primeiro período ficou marcado na HP pela participação, na política portuguesa, dos militares, na política, sobretudo dos quadros mais jovens dos oficiais. Além disso, foi uma participação grandemente marcada pelos mesmos problemas que atingiam a I República: fraqueza económica e financeira, violência pública, desassossego entre os militares, conspirações políticas e faciosismos, não permitindo instaurar um novo clima estável²⁷. Telo e Gómez (2000) explicam que o principal fomentador e organizador do 28 de maio foi o general Sinel de Cordes que, não obstante o conhecimento das contas públicas do país, “não sabia o que queria e para onde ia”(p. 100). Com o afastamento de Sinel de Cordes, da pasta das finanças, sucedeu-lhe o professor de Coimbra, António de Oliveira Salazar, que impôs uma austeridade financeira, o que permitiria a partir de 1928, realizar alterações a nível organizacional do Exército.

Com a eleição de António Salazar para ocupar a pasta das finanças, é instaurado um período de austeridade financeira. A expansão da economia internacional refletiu-se positivamente no equilíbrio da balança de pagamentos, até 1929. Em 1932, Salazar alterou a política portuguesa, edificando a estrutura central do Estado, através da CRP de 1933 (Telo & Gómez, 2000). Dirigiu o processo de elaboração e aprovação desta nova Constituição. Esta previa um regime, em que o poder estaria fortemente concentrado no

²⁷Chorão (2010) apresenta na sua obra uma carta, enviada por Gomes da Costa ao professor Lopes de Oliveira, na qual o remetente deixou escrito que, partindo do pressuposto que se colocando à frente do pronunciamiento militar de 28 de maio, só iria encarnar neste mesmo como comandante das forças com a missão de derrubar o Governo existente. Supôs, desta forma, que os organizadores do pronunciamiento tivessem tudo preparado para a instalação de um novo Governo, facto que não se realizou, acabando por ser surpreendido quando se deparou com a realidade de ter de fazer parte do mesmo Governo, o qual estava desprovido de quaisquer ideias e objetivos.

chefe de Estado, ou seja, estava de fora qualquer opção de instauração de um regime pluralista que aceitasse a existência de vários partidos (Reis, 2015).

Durante os anos 30, Salazar desenha uma política baseada no pensamento de Ezequiel Campos – um Estado intervencionista. Este consubstancia-se, na construção de infraestruturas de energia e transportes e numa agricultura direcionada para o mercado interno (Telo & Gómez, 2000). A contestação a Salazar acentua-se, muito devido aos instrumentos de repressão para legitimar, normalizar e controlar a nova ordem política autoritária. São exemplos destas contestações: a Revolta da Madeira, em abril de 1931; a Revolta da Marinha Grande, em janeiro de 1934; a Revolta de Mendes Norton, em setembro de 1935; e a Revolta dos Marinheiros, em setembro de 1936 (Reis, 2015)

Durante os anos 40, a política é aplicada segundo uma visão mais industrial. Neste ano são planeados os grandes projetos industriais (de amoníaco e da siderurgia), a reconstrução da marinha mercante, uma rede de aeroportos e de aviação comercial que permitia a ligação do império às colónias, a transferência de modestas indústrias para estas mesmas colónias e por último a aceitação de créditos e de apoio do plano *Marshall* (Telo & Gómez, 2000).

O fim da II GM provocou a necessidade de se tomarem novas medidas para fazer face às contestações internacionais acerca do regime autoritário que Portugal mantinha. A nova emancipação de ideias democráticas, muito avançadas à época para a mentalidade portuguesa, forçou Oliveira Salazar a remodelar o seu governo (Reis, 2015).

Verificou-se uma nova alteração política, muito derivado dos ensinamentos da II GM, da adesão ao plano anteriormente referido e ainda do surgimento da Organização para a Comunidade Económica Europeia, obrigando à reestruturação e reorganização do plano económico (Telo & Gómez, 2000).

Em 1958, Salazar foi confrontado com um novo problema: a candidatura presidencial do General Humberto Delgado. Este captava as simpatias de figuras com as mais diversas conotações políticas, além de ter pautado a sua conduta pela coragem, aquando da campanha eleitoral que desenhou. Ficou conhecido na história como o “General sem medo”, pelo modelo político ocidental que tentou perfilhar, com promessas de liberalização do regime, o que representou uma imensa contestação por parte dos apoiantes de Salazar (Alves, 1998). Devido a toda a controvérsia despoletada pelas eleições e, após Américo Tomás assumir-se como PR, a eleição para este cargo passou a ser indireta, mediante um colégio de eleitores, sob o controlo de Salazar (Reis, 2015).

Mas outros atritos revelavam a evolução da oposição ao regime. No Exército, verificou-se em abril de 1961 uma tentativa de golpe de Estado, dirigida pelo próprio Ministro da Defesa Nacional, General Júlio Botelho Moniz. Este movimento, ficou conhecido por “Abrilada de 1961”. Pretendia forçar o Presidente da República (Américo Tomás) a demitir Oliveira Salazar. O General Moniz acusava Salazar de má governação das colónias africanas, o que levaria ao colapso das FA (Pires, 2014). Numa carta direccionada a Salazar, o General Moniz expõe com toda a criticidade e clareza a situação do país:

“Verifica-se, no actual Governo e nos anteriores, uma descoordenação perigosa, mesmo entre aqueles Ministérios onde existe um Ministro coordenador e onde falta o espírito de ligação e de subordinação, o que torna inoperante a acção deste (...) No que mais propriamente diz respeito às Forças Armadas, a situação destas é angustiosa e caminhamos para uma situação insustentável. Onde poderemos ficar à mercê dum ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar”²⁸

Salazar, em resposta, demitiu o General²⁹ e assumiu a pasta da Defesa. No seu discurso ao país, afirmou: “«para Angola [...] andar rapidamente e em força»” (Pires, 2014, p. 145), não demonstrando qualquer hipótese de ceder a independência às colónias.

A par da conspiração dos altos comandos, tanto do General Humberto Delgado, como do General Botelho Moniz, antigos “tenentes do 28 de maio”, começaram a surgir focos de agitação insurreccional paralelos, por parte da oficialidade intermédia. Salgueiro Maia, escreveu, na sua obra: “o próprio poder político tinha da guerra o conhecimento através dos relatórios, onde sempre se avançava rumo à vitória, ao ponto de todos os anos serem necessários mais homens e mais capitais para alcançar a vitória ... no inferno” (1997, p. 80), Através desta asserção, demonstrava o descontentamento por parte dos quadros intermédios do Exército.

Em meados da década de 60 do século passado, Salazar começava a dar sinais de incapacidade governativa³⁰. Findava-se então o período do “salazarismo” e Américo

²⁸ PT/AHM/DIV/1/39/1/01 - As forças armadas e as crises nacionais. A “abrilada de 1961”, pelo Coronel Fernando Valença.

²⁹ Por envolvimento no golpe de Estado, foram igualmente demitidos: o Ministro do Exército, Almeida Fernandes; o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Beleza Ferraz; o Subsecretário de Estado do Exército, o Tenente-Coronel Costa Gomes e o Chefe de EM da Força Aérea, General Albuquerque de Freitas (Pires, 2012 citado em Rodrigues, 2010, p. 53)

³⁰ A 12 de abril de 1965, Salazar confessa: “Estou perdendo faculdades. Não posso trabalhar como dantes. Já não acompanho os ministérios, e os ministros fazem o que querem. Só acompanho o Ultramar e os Negócios Estrangeiros, e um bocadinho a economia” (Nogueira, 1987, p. 174). Dois meses depois: “Cheguei ao fim [...] Hoje estou no fim, mais dia, menos dia” (Nogueira, 1987, p. 182).

Tomás nomeava Marcelo Caetano para Presidente do Conselho, cargo que ocupou a 23 de setembro de 1968 (Pinto, 2015).

Após a ascensão de Caetano, o fim do regime deu-se de modo célere. De acordo com Saraiva (1993), o único partido existente, a União Nacional, não detinha qualquer poder político; as finanças enfrentaram uma emancipação de cenários políticos em toda a Europa; e no Exército, formou-se uma nova geração de oficiais com uma percepção completamente diferente da realidade nacional.

“Três gerações se sucederam já: a que fizera o 28 de Maio, trinta e dois anos atrás; a dos homens que, tendo na altura entre trinta e quarenta anos e perante instituições e sistemas completamente desacreditados, aderiram com fé ao Estado Novo; e a dos que, muitos jovens na época, cresceram no regime e por este foram absorvidos. Mas agora chegou à superfície e quer intervir na vida coletiva uma nova geração para quem o ponto de partida das instituições, e do regime e seus princípios, está esquecido (...) e julgando que não podem percorrer novos caminhos e satisfazer as suas ambições políticas no quadro do regime, há que derrubar este, ainda que não haja projeto assente para o futuro” (Nogueira, 1980, pp. 528-529).

5.2. Situação militar nacional

Apesar de não constituir objetivo da investigação aqui apresentada, é condição *sine qua non* compreender a evolução organizacional e as mudanças de ordem técnica, executadas a partir de 1926, de modo a que a análise neste subcapítulo, se torne mais clara. A organização do Exército foi amplamente modificada no período que seguiu a 28 de maio de 1926. Foram criadas 4 regiões militares: com sede no Porto, Coimbra, Tomar e Évora, passando a existir 3 governos militares, em Lisboa, Madeira e Açores. A 1ª região militar: no Porto e circunscrições no Minho e Trás-os-Montes; a 2ª região militar: com sede em Coimbra e circunscrições em Aveiro, parte de Viseu e da Guarda; a 3ª região militar: em Tomar, ocupa os distritos de Leiria, Castelo Branco e Portalegre; a 4ª região militar: estabelecida em Évora e englobou os distritos de Beja e Faro (Carvalho, 1993).

O período de 1930 a 1935, pertenceu à Armada. Foram estabelecidos acordos para a reestruturas e rearmar. Em 1936, Salazar assume o Ministério da Guerra (MG). Nomeia para subsecretário do MG, um elemento militar, o Capitão Santos Costa, obtendo uma maior ligação à instituição militar, o que lhe permite conduzir uma das maiores reformas militares do Estado³¹ (Neves, 2011). Em 1 de Setembro de 1937, são publicados os primeiros diplomas de reforma militar. A Lei 1960 (Lei de Organização do Exército) e a

³¹ De acordo com Medeiros Ferreira (2000), as Forças Armadas, só conheceram novamente uma reforma desta dimensão, decorridos 20 anos, com a Lei de Base n.º 2.084 de 16 de Agosto de 1956.

Lei 1961 (Lei do Recrutamento e do Serviço Militar). António Duarte (2010), explica que as reformas reproduziram a visão da dupla Salazar/Santos Costa³².

Durante o conflito mundial, Salazar executou remodelações ministeriais. Em 1944, Santos Costa assume a Presidência do MG, a do Ministério do Interior, fica entregue a Júlio Botelho Moniz e Marcello Caetano recebe o Ministério das Colónias. As tendências democráticas que começariam a surgir com o fim da II GM preocuparam Salazar, o que o obrigou a tomar medidas ao nível da remodelação ministerial, e além disso, era necessário assegurar os comandos militares para evitar uma tentativa de golpe de Estado (Duarte, 2010). Nos finais dos anos 40, o Exército Português apresentava um enorme desfasamento em relação aos Exércitos ocidentais. Este encontrava-se ainda organizado, equipado e instruído de acordo com a reorganização de 1937. Com a entrada na Aliança Atlântica chegou ao seu fim, passando os EUA, a ser a nova doutrina de referência, fonte de fornecimento de material militar e local de destino para a maioria dos cursos de atualização dos oficiais portugueses (Couto, 1999).

“A participação de Portugal na NATO³³ teve profundas repercussões nas Forças Armadas. Organização, equipamento, métodos e progressos de instrução, técnicas de Estado-Maior e processos de trabalho foram significativamente alterados mercê do acesso a nova documentação e regulamentos, dos contactos internacionais, da frequência de cursos no estrangeiro e do equipamento recebido ao abrigo da ajuda militar” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 1999, p. 210)³⁴.

No período de 1945 a 1966, Portugal, revelou uma certa agitação no seio militar. Conforme explica Ferreira (1992a) todas estas pressões por parte do Exército, partiam da alta hierarquia militar. Apesar de motivações diversas, tinham como objetivo único, a possibilidade do Presidente da República, Óscar Carmona, afastar Salazar do cargo de Presidente do Conselho.

Um dos fatores de descontentamento devia-se ao facto de Santos Costa ocupar o cargo de Subsecretário de Estado, colocando-se desta forma à frente da instituição militar. A resposta de Salazar, face a tal descontentamento, foi a atribuição do MG a Santos Costa (Ferreira, 1992a).

A primeira crise da instituição militar com o regime salazarista aconteceu no início de 1945. O Almirante Botelho de Sousa enviou a Óscar Carmona um folheto com o título “Organização Militar de Libertação Nacional”. Aqui, era possível perceber o início de

³² A reorganização de 1937 é detalhada em Apêndice B.

³³ NATO (North Atlantic Treaty Organization).

³⁴ As alterações efetuadas fruto da adesão à NATO, encontram-se explanadas em Apêndice C.

um golpe ao regime, ao sistema corporativo, aos cidadãos universitários que ocuparam os cargos de chefia do governo, e à ação policial da Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Todas estas contestações surgidas no início do ano, foram colmatadas por uma cedência orçamental do Presidente da República, com um aumento de 15% do vencimento dos oficiais (Ferreira, 1992a)

Outra revolta contra o regime partiu do Almirante Cabeçadas. Um agrupamento denominado de “Junta Militar de Libertação Nacional” prepararam as insurreições armadas de outubro de 1946 e abril de 1947. Este agrupamento, acusava o regime de ser imitador dos estados totalitários. Os processos judiciais destas insurreições revelavam um vasto número de oficiais comprometidos com o golpe. Todos estes militares foram sentenciados em junho de 1948 e perderam as patentes militares, o emprego e o direito à reforma (Ferreira, 1992a).

O falecimento de Óscar Carmona trouxe um debate aceso sobre a entidade que o deveria suceder. Após Salazar ter recusado o cargo, colocou-se a questão de restaurar a monarquia ou optar por uma entidade militar para a sua ocupação³⁵. É o próprio Presidente do Conselho quem decide a entidade que iria ocupar o cargo. Como tal, a escolha de Craveiro Lopes (antigo Comandante da Legião Portuguesa); satisfazia os requisitos de Salazar e, além disso, possibilitava a subordinação das FA ao regime do Estado Novo.

No final da década surgiu novamente uma atrição entre a instituição militar e o Estado Novo. De acordo com Medeiros Ferreira, são três os fenómenos de natureza divergente que irão atribular a relação: a candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958; a insurreição angolana, no início de 1961; e a invasão de Goa pela União Indiana, em dezembro de mesmo ano (Ferreira, 1992a).

Após a proclamação dos resultados do sufrágio eleitoral, Delgado apelou aos generais, chefes institucionais, para a alteração do regime³⁶. Além desta ação, Delgado acusou publicamente o governo de manipulação de votos e de fraude. Contudo, verificou-se que nas hierarquias mais modernas, a candidatura de Humberto Delgado teve igualmente repercussões: “Foi com enorme entusiasmo com que, na EE, acompanhámos

³⁵ Conforme explica Ferreira (1992a), o Presidente da República não desempenhava um papel decisivo no regime, pois o cargo de Presidente de Conselho concentrava em si a maioria dos poderes.

³⁶ Os chefes institucionais eram: Júlio Botelho Moniz, Chefe de EM das Forças Armadas; Ministro do Exército, Coronel Almeida Fernandes; Tenente-coronel Costa Gomes, subsecretário do Ministro do Exército; almirante Mendonça Dias, ministro da Marinha; e, por último, a Kaúlza de Arriaga, na Secretaria de Estado da Aeronáutica (Ferreira, 1992a). Os resultados eleitorais apontaram para Humberto Delgado com 23% dos votos e Américo Thomaz, com cerca de 75%.

a campanha do general. Exaltava-nos a extraordinária movimentação popular que o seu dinamismo e a sua mensagem de esperança arrastavam” (Carvalho, 1977, p. 25).

Na década de 50, iniciou-se as independências de inúmeros países africanos, ou seja, emancipação do nacionalismo africano (Carvalho, 1977). Precisamente nesta altura, para além das questões que começaram a suscitar as colónias africanas, Portugal enfrentava desde 1947 as contestações à soberania da Índia Portuguesa, até aos finais de 1961 (Pires, 2014).

Botelho Moniz, coadjuvado pelo Coronel Almeida Fernandes e pelo Tenente-coronel Costa Gomes, protagonizaram, segundo Ferreira (1992a, p. 264) “uma das maiores insubordinações da instituição militar face ao regime”. Julgados por golpe de estado, foram depurados dos seus cargos e foi o próprio Presidente do Conselho, António Salazar, quem assumiu a partir de então a pasta da Defesa. Reagiu com prontidão ao eclodir dos movimentos de libertação, em Angola, Guiné e Moçambique, com o envio de mais contingentes de militares para as colónias africanas.

Com a nomeação de novos chefes militares, foi visível a vulnerabilidade da política de defesa. O primeiro insucesso verificou-se pelos acontecimentos na Índia. Apesar de Salazar saber que a União Indiana detinha um potencial de combate substancialmente superior ao das tropas portuguesas, decidiu, mesmo assim, por uma solução militar. Com a invasão de Goa, Damão e Diu, e face à desproporção das tropas em combate, o Exército Português rendeu-se. Salazar não obteve qualquer apoio por parte da comunidade internacional e Londres recusou inclusivamente o apoio a Portugal. O que Presidente do Conselho afirmou que a ausência de combate oferecido pelas tropas portuguesas, pela sua rendição, levou ao insucesso português³⁷ (Carrilho, 1985).

Em 1959 a EE passou a denominar-se AM e alteraram-se as limitações de ingresso ao ensino superior militar. A qualidade de “filhos de pais portugueses” deixa de vigorar, tornando-se em “filhos de pais europeus”. A produção de oficiais em quantidade era uma prioridade, sendo decidida, a redução da duração dos cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Administração Militar, para fazer face à falta de subalternos nas províncias ultramarinas, em resultado da crescente necessidade em quadros e tropas a enviar para as

³⁷ No mês de março de 1958, Salazar recebeu de forma secreta, duas entidades indianas. A primeira foi Gilani (presidente da Associação Católica de Nova-Delhi), e a segunda foi Setalwald (Procurador Geral indiano, e advogado principal da União Indiana no processo de Haia). Gilani argumenta junto de Salazar no sentido de o convencer que a soberania de Goa pertence à União Indiana. Já Setalwald pretende que Portugal desista de prosseguir com o processo em Haia, tentando levar a crer que se tal acontecesse as reivindicações por parte da União Indiana diminuiriam. Contudo tal não acontece e Salazar decide continuar até ao fim com o processo em Haia (Nogueira, 1980).

colónias africanas. A formação também sofreu alterações, ganhando uma vertente maioritariamente prática, com recurso a um período de instrução intensiva em Santa Margarida (Carrilho, 1985).

A partir de 1958, começaram a ter lugar, na AM, a carreira militar, para elementos das camadas mais proletarizadas, o que para muitas famílias, com menores possibilidades de garantir aos seus filhos a frequência em cursos superiores, era uma carreira prestigiada e representava esta mesma possibilidade (Carvalho, 1977).

A este propósito, alvitre-se que Maria Carrilho apresentou na sua obra o movimento de alunos da AM, desde 1960 até 1963, enfatizando que, aquando da tomada de posse da pasta da Defesa por Salazar, o número de concorrentes à AM aumentou substancialmente entre 1961 a 1963. A partir de 1965 a afluência de concorrentes sofreu uma redução média de cerca de 70%, comparativamente a 1961.

O surgimento destas diferentes classes originárias de cadetes, começou a preocupar os mais atentos defensores do regime fascista. Kaúlza de Arriga redigiu um relatório, em 1960, alertando o governo para a possibilidade da inserção das classes mais baixas, nas chefias militares, poder vir a constituir-se como um problema para o regime (Carvalho, 1977).

As gerações que ingressaram na EE / AM entre 1950 e 1970, vieram a constituir-se nas gerações sacrificadas de oficiais, na ótica de Saraiva de Carvalho (1977). De acordo com o depoimento de Salgueiro Maia (1997, p. 77): “Os cursos de entrada na AM em 1963 e 1964 (...) fizeram quatro anos letivos em três anos, através da abolição dos nove meses de férias escolares; no fim, foram de imediato enviados como alferes para a guerra”.

No decorrer da Guerra Colonial era visível, em muitos jovens oficiais, um descontentamento profundo e um mal-estar que se acumulava de comissão para comissão. (Rodrigues, Borga & Cardoso, 2014). Otelo reforça este descontentamento:

“Os subalternos do QP³⁸ rareavam. Os capitães iam sendo lentamente promovidos a major, as promoções acontecimento de forma retardada o que além de os envelhecer no posto, tornava-os menos aptos para a dureza das missões de combate. Provocava neles o descontentamento óbvio” (1977, p. 128).

Face à falta de oficiais nas frentes de combate, nos anos 70, começaram a ser recrutados todos os oficiais subalternos, sargentos e até já um grande número de capitães

³⁸ Quadro Permanente (QP)

para comandar companhias operacionais, chegando até ao ponto de serem enviados Aspirantes graduados em Capitão (Bernardo, 2015).

O governo português não acompanhou a época de mudança e emancipação legítima dos povos africanos, o que “levou um país, como Portugal, com fracos recursos económicos e num período de grande desenvolvimento dos nossos parceiros europeus, a ter de enfrentar uma guerra distante, prolongada e onerosa, sem objetivos definidos que fossem minimamente compreendidos pela nação” (Bernardo, 2015, p.14).

Bernardo (2015) refere que com a situação da Guiné a piorar, era evidente militarmente a guerra estava perdida, já que o armamento do adversário era superior ao português e, pese embora a sua deficiente utilização, causava inúmeras baixas. Os militares começaram a sentir que poderia repetir-se o episódio da Índia, onde foram usados como “bode expiatório”. Segundo Saraiva de Carvalho (1977, p. 128) “(...) o pessoal do QP estava já farto. A guerra tornara-se francamente impopular. E treze anos era mais do que tempo suficiente para que os políticos resolvessem, da melhor maneira, a situação.”

Em julho de 1973, foi então publicado o Decreto-Lei n.º 353/73, que procurava aliciar os oficiais ex-milicianos para os quadros do Exército profissional, através da execução de cursos intensivos e dando-lhes uma antiguidade que os fazia passar à frente da quase totalidade dos capitães e majores com um curso de quatro anos de AM (Rodrigues et al., 2014).

A reação dos oficiais dos QP foi de espanto e indignação e, concomitantemente, nas unidades já se fazia sentir tensões entre estes e os ex-milicianos oriundos do Quadro de Complemento (Rodrigues et al., 2014). “o Decreto-Lei 353/73 de 13 de Julho, (...) torna, historicamente, o verdadeiro rastilho para a criação do Movimento dos Capitães” (Carvalho, 1977, p. 128).

Após ser dado a conhecer aos oficiais da Escola Prática de Cavalaria (EPC) o verdadeiro significado do Decreto n.º 353/73, assiste-se a uma série de reuniões. Porém, aquando da publicação do Decreto n.º 409/73, o problema das ultrapassagens nos oficiais superiores fora resolvido e tornara-se patente a desmotivação destes participarem em quaisquer reuniões futuras (Bernardo, 2015)

No dia 9 de setembro de 1973 foi, então, realizada em Évora, uma reunião que contou com cerca de centena e meia de Oficiais do QP de todas as regiões do país. Nesta reunião fora criada uma Comissão Coordenadora Provisória, constituída por elementos das unidades que tinham maior expressão no número de oficiais (Bernardo, 2015).

No dia 14 de novembro decorreu uma reunião em Santarém, estando presentes os habituais elementos da Comissão Coordenadora. Durante esta reunião, as figuras que mais de destacaram foram o Capitão Vasco Lourenço e o Capitão Salgueiro Maia. Aquele dirigiu-se aos oficiais da EPC, afirmando ser necessário que a Escola assumisse uma posição de liderança. Ao Capitão Lourenço foi explicado que a EPC não detinha capacidade para tal. Face a esta justificação, o Capitão Maia interpôs e disse: “Mas se nos derem tempo, nós resolvemos o caso”. Para os oficiais da EPC esta reunião foi assinalável, pois consistiu num marco muito significativo que definiu a viragem da reivindicação corporativa para a intervenção militar (Bernardo, 2015).

No dia 21 de novembro foi realizada uma nova reunião, esta em casa do Capitão Maia, onde foi discutida a necessidade de haver uma alta patente militar para ser encabeçar o pronunciamento (Bernardo, 2015).

A 22 de dezembro foi publicada a revogação dos Decretos n.º 353/73 e n.º 409/73. Além destas medidas, o Conselho de Ministros aprovou o Orçamento Geral do Estado para 1974, que veio aumentar os vencimentos base entre 30% e 40%. Porém, estas alterações, denunciaram os oficiais como uma tentativa do governo de desmobilizar o pronunciamento. O que viria a suceder provou-se como uma tentativa mal sucedida (Bernardo, 2015).

Também para contrariar o estado de espírito de insatisfação, instalado por todos os quartéis, onde havia militares do pronunciamento, Saraiva de Carvalho conjuntamente com o Major Vítor Alves, fizeram sair a Circular n.º2/74. Nesta constava uma análise dos recentes e graves acontecimentos que abalaram a Nação, como se pode verificar pelas palavras do próprio: “Não será ousado adiantar que aquela inqualificável manifestação foi a causa imediata dos acontecimentos mais recentes, que levaram alguns camaradas (...) a tentarem resolver a situação de modo imediato. (...) Camaradas dos três ramos das Forças Armadas: o episódio da marcha do Regimento de Infantaria (RI) n.º 5 sobre Lisboa (...) permite-nos prosseguir o nosso Movimento com mais segurança e realismo.” (Carvalho, 1977, pp. 290 e 291).

No dia 24 de março, houve novamente uma reunião da Comissão Coordenadora em que são discutidas as razões que levaram ao fracasso da ação tomada pelo RI n.º 5. Foi assim concluído que era urgente agarrar nas armas e concretizar o derrube do regime (Bernardino, 2015). Tal urgência é descrita por Saraiva de Carvalho:

“A reunião de 24 de março foi decisiva para uma tomada de posição por parte do Movimento. (...) Já a nenhum dos camaradas restava qualquer dúvida sobre a

necessidade imperiosa de contar as espingardas para um confronto final e decisivo com o Poder” (1977, p. 301).

No dia 18 de abril foi então convocada uma outra reunião, em casa do Major Otelo, onde foram indicados os vários objetivos e as missões operacionais de cada uma das unidades, na qual esteve presente o Capitão Joaquim Correia Bernardo pela EPC. Na manhã do dia seguinte foram transmitidos aos oficiais que constituíam o núcleo coordenador da ação da Escola, os objetivos, a missão que lhes tinham sido atribuída e foram esclarecidos e analisados minuciosamente todos os pedidos do Major Otelo.

No dia 21 de abril de 1974, Saraiva de Carvalho tinha distribuído todas as missões às forças do pronunciamento (Bernardo, 2015).

5.3. Situação económica nacional

Nas décadas de 30 e 40 do século passado, António Salazar insistia em políticas baseadas no intervencionismo estatal, na industrialização e na construção de indústrias de energia. Como descreveu Cardoso (2015), conheceu-se neste período um crescimento económico satisfatório, salientando-se o equilíbrio orçamental e de estabilização cambial e monetária, que permitiram pôr fim a um longo ciclo de orçamentos deficitários.

Na década de 50, ou seja, após a II GM, Portugal, apesar de não ter acompanhado o crescimento e o relançamento económico dos países mais afetados pela guerra, conseguiu acompanhar de forma suficiente as alterações de ordem económica que se faziam sentir em todo o espaço europeu (Cardoso, 2015).

De acordo com Amaral (2015), o Estado Novo através de uma política extremamente intervencionista e de organizações corporativas, controlava o funcionamento dos mercados, através do controlo restrito dos preços, das taxas de juro e de câmbio. O autor afirma ainda que as restrições ao investimento estrangeiro garantiam o investimento das empresas no território nacional. Além disto, aquando da subida de Marcelo Caetano ao poder, investiu-se substancialmente na industrialização e na alteração da estrutura do aparelho produtivo em proveito do setor secundário e redução do setor primário, ao mesmo tempo que se conduzia uma guerra em África que consumia 50% do orçamento (Almeida, 1977).

No período entre 1969 e 1972 a inflação subia, tendo como consequência um maior custo de vida para os cidadãos, pois o seu poder de compra decrescia e os seus salários não aumentavam (Baptista, 1975). A par disto, as diferenças nos leques salariais, derivada da distribuição de riquezas, era enorme, acabando-se por verificar o

endividamento progressivo das médias e pequenas empresas e o enriquecimento dos monopolistas (Almeida, 1977). O advento da guerra trouxe um imposto de consumo, o qual não se tornou muito popular, já que com o agravar da guerra este imposto foi sendo sucessivamente agravado. Este tornou-se de tal forma incompatível com as capacidades da população, que passou a ser incorporado no preço total dos produtos, sendo proibida a sua menção separada do mesmo (Almeida, 1977).

5.4. Contextualização internacional: 25 de abril de 1974

As linhas de orientação da política externa portuguesa do Estado Novo estavam definidas segundo três vetores: primeiro, com a integração de Portugal na NATO; em segundo, a participação nos projetos de cooperação económica, com a entrada de Portugal na Zona Económica do Estudo e na *European Free Trade Association*; e, em terceiro, a recusa absoluta da descolonização e a defesa intransigente do Império (Teixeira, 2015).

A adesão de Portugal à Aliança Atlântica veio quebrar o isolamento internacional. O posicionamento geoestratégico de Portugal na Europa e no Oceano Atlântico forneceram-lhe vantagens em acordos diplomáticos com os EUA, enquanto a exclusão espanhola da NATO veio reforçar a posição de Lisboa no quadro da Península Ibérica e constituir Portugal como o interlocutor privilegiado para o exterior (Teixeira, 2015).

Relativamente à terceira linha de orientação da política externa portuguesa, a partir de 1950, teve lugar a emancipação do reconhecimento das colónias como independentes, como foram os casos: da Índia em 1947, por parte do Reino Unido; da Indonésia em 1949, pela Holanda; da Líbia e da Somália; em 1960 pela Itália; e do Congo, no mesmo ano, por parte da Bélgica. Neste contexto internacional, Portugal, a partir de 1961, começou a afastar-se dos seus aliados tradicionais, EUA e Grã-Bretanha e aproximou-se da França e da República Federal Alemã, das quais recebeu os principais apoios políticos, militares e económicos para as guerras de África³⁹ (Pires, 2014).

Portugal foi a exceção dos países europeus quanto à aceitação das independências das colónias. Este, conforme explica António Telo (1994) despoleta dois fenómenos: “os treze anos de guerras em África; a mudança dos tradicionais apoios internacionais de Portugal” (p. 351). Deram-se negociações entre os ministros Strauss e Botelho Moniz,

³⁹ Do ponto de vista militar, no período compreendido entre 1962-1962, no campo das relações bilaterais com a França, Portugal recebeu quase na totalidade a encomenda que tinha efetuado a França, sendo de destacar a aquisição dos primeiros lotes de helicópteros *Alouette III*, dos camiões *Berliet* ou ainda das autometralhadoras *Panhard* (Marcos, 2007).

nas quais foi discutido o apoio alemão à reorganização da indústria de defesa portuguesa, através da produção de armamento ligeiro de infantaria (Telo, 1994).

A nova política de defesa, aprovada em Conselho em 1959, alterou o objetivo desta mesma. Até então, a prioridade estava ligada à NATO e à Europa e desde o momento em que foi assinado este novo documento, as prioridades voltaram-se para a defesa das províncias ultramarinas, sendo a ordem de prioridades a seguinte: Guiné, Angola e Moçambique. Nas restantes colónias, Índia, Macau e Timor, dever-se-iam manter apenas os recursos necessários para assegurar os objetivos (Telo, 1994)

Os movimentos de libertação em África surgiram no preciso momento em que os EUA mudaram as suas prioridades em relação à mesma. Muito do armamento que foi pedido aos EUA não foi cedido. Foram realizadas encomendas de aviões de transporte estratégico C-118, aviões polivalentes C-130 e helicópteros UH-1 *Iroquois*, mas estas nunca foram aceites. Assim, foram comprados, pela via civil, aviões DC-6 (o equivalente civil dos C-118) e C-188 em segunda mão, destinados oficialmente para o transporte comercial civil, mas na realidade para uso militar. Devido ao seu número reduzido, da França vieram 6 exemplares de *Noratlans* de transporte tático e 4 avionetas de treino T-6. Da Alemanha, no início de 1961, foram recebidos os *Dornier Do-27* e alguns T-6. Contudo, os meios aéreos que realmente foram utilizados nas campanhas africanas, chegaram em 1963: os *Alouette III* franceses (Telo, 1994).

O autor afirma que:

“No global podemos dizer que as forças armadas portuguesas não estavam armadas nem preparadas para enfrentar o tipo de conflito que começou em África em 1961 (...) O principal motivo é que lhes faltou o essencial apoio político, técnico, financeiro, de treino e logístico dos EUA, seu quase exclusivo fornecedor desde a formação da NATO. Tal facto obrigou a procurar à pressa canais alternativos e piores”(1994, p. 367).

5.5. Principais acontecimentos de tentativa de alteração do regime precedentes ao pronunciamento

A separação de ideias entre a instituição militar e o regime já ocorria desde 1945: primeiramente com o Almirante Botelho de Sousa, seguidamente com o Almirante Cabeçadas, General Humberto Delgado e o General Botelho Moniz⁴⁰.

⁴⁰ Note-se que todas estes movimentos de carácter oposicionista partiram do topo da hierarquia das Forças Armadas. Apenas a partir da criação do “Movimento dos Capitães” é que houve o pronunciamento de indignação, presente na hierarquia mais moderna da classe de Oficiais.

A 22 de fevereiro de 1974 surgiu a publicação do livro “Portugal e o Futuro”, de António Spínola. Nesta obra, o Vice-chefe do Estado-Maior-General das FA considerava não ser exequível uma solução militar para o problema do Ultramar. Tornava-se assim necessário, na opinião deste General, resolver o problema através de solução política (Spínola, 1974).

“Podemos, assim, chegar à conclusão de que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável. Às Forças Armadas apenas compete, pois criar e conservar pelo período necessário – naturalmente não muito longo – as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas susceptíveis de pôr em termo ao conflito”(Spínola, 1974, p. 45).

Marcelo Caetano (1976) explica que se sentiu obrigado a aceitar a publicação deste livro, pois caso não o fizesse “A crise deflagrara na mesma, e talvez em condições moralmente piores para o Governo” (p.10). Explica ainda que, se não aceitasse, estaria a pôr em causa a opinião de um chefe militar patriótico e, além disto, o governo seria acusado de ocultação ao País, o que levaria a um escândalo, tanto a nível interno como também a nível externo.

No dia 16 março de 1974 ocorreu uma tentativa de depor o regime. Este movimento, conhecido por “Golpe das Caldas”, acabou por evidenciar um clima de reforço do comum sentimento de oposição ao Estado Novo. Em entrevista concedida a Joana Tornada, Saraiva de Carvalho refere que:

“Para mim as Caldas da Rainha constituíram um momento importante no meio daquele desastre e da prisão de 200 oficiais, porque deram sinais indesmentíveis e ideias de manobra para o 25 de Abril (...) Os objetivos principais eram o quartel-general, a rádio e a televisão, que seriam tomados enquanto estava toda a gente entretida com a coluna da EPC – esta ideia resultou exactamente do aparato governamental que vi no 16 de Março ” (Carvalho, 2007 citado em Tornada, s/d, p. 196).

Após o 16 de março de 1974, o processo de afastamento de oficiais seguiu-se de forma rápida. Procedeu-se à transferência de enormes suspeitos e muitos dos comandantes de unidades foram substituídos, principalmente de cavalaria, pois possuíam os Carros de Combate (CC) (Caetano, 1976).

5.6. O 25 de Abril de 1974

5.6.1. Alguns parâmetros estatísticos dos oficiais do pronunciamento (Exército)

Aniceto Afonso e Manuel Braz da Costa procuraram saber “Quem eram os «capitães do Movimento»” (p. 100). Para tal, realizaram um estudo “Subsídios para a

caracterização sociológica do Movimento dos Capitães (Exército)”, através de uma análise dos oficiais que assinaram um dos vários documentos definidores do pronunciamento⁴¹, permitindo reunir todos esses nomes, e contá-los. A primeira constatação é que a 1 de janeiro de 1974, existiam 4165 oficiais dos quadros permanentes do Exército. Deste universo, 703 (16.9%) estiveram comprometidos com o pronunciamento (Afonso & Costa, 1985). Os autores salientam que, embora a maioria dos oficiais empenhados no pronunciamento do 25 de abril só representassem 16.9% do Exército, a representação de oficiais oriundos da AM era de 27%.

5.6.2. Caraterização geral dos oficiais do pronunciamento (Exército)

Como se pode observar no Quadro n.º 6, a maioria dos oficiais provêm das armas (Infantaria – 53.34%, Artilharia – 20.48%, Cavalaria – 11.81%, Engenharia – 4.98% e Transmissões – 2.13 %). Ou seja, representavam ao todo 92.7 % - 652 oficiais. Destes devem-se destacar os quantitativos pertencentes à Infantaria, Artilharia e Cavalaria, liderados pela Infantaria. Os oficiais das “armas combatentes” representavam 92.3 % das Armas e 85 .6 % dos participantes: 602, em 703. Em contrapartida, os Serviços denotavam uma muito reduzida participação no 25 de abril, destacando-se o Serviço de Administração Militar (SAM). Se este serviço for excluído, apenas 8 oficiais se ligaram ao pronunciamento (7 do Serviço de Material de Engenharia e 1 do Serviço Geral do Exército). Os oficiais do SAM sobrepõem-se à Engenharia, quer às Transmissões, participando com 39 oficiais (Afonso & Costa, 1985).

⁴¹ Analisaram as assinaturas contidas nos “documentos base do Movimento dos Capitães; Exposição dos Oficiais da Guiné de 28 de agosto de 1973; Exposição de Évora de 9 de setembro de 1973; Documentos de apoio à exposição de Évora; Pedidos de demissão de oficial do Exército (documentos coletivos e individuais); Exposição contra os acontecimentos da Beira, de Janeiro de 1974; Documento de Cascais de 5 de Março de 1974; (...) e os nomes daqueles que são referidos em relatórios da operação «Fim de Regime»” (Afonso & Costa, 1985, p.100)

Quadro n.º 6 – Distribuição por armas e serviços dos oficiais participantes no pronunciamento de 1974

Armas / Serviços	N.º	%
Infantaria	375	53.34
Artilharia	144	20.48
Cavalaria	83	11.81
Engenharia	35	4.98
Transmissões	15	2.13
Serviço de Administração Militar	39	5.55
Serviço de Saúde	0	0.00
Serviço de Material de Engenharia	7	1.00
Serviço de Material de Transmissões	0	0.00
Chefe de Banda	0	0.00
Serviço Geral do Exército	1	0.14
Quadro Especial de Oficiais	4	0.57
Total	703	100.00

Fonte: Elaboração própria com base em Afonso & Costa (1985).

Quanto à distribuição dos participantes pelos diferentes Postos - Quadro n.º 7 - saliente-se o facto de os Capitães e Majores, com 367 (52.2%) e 201 (28.6%) elementos, respetivamente, representarem 80.8% do universo em estudo. Estiveram igualmente presentes Tenentes, com 89 (12.7%), e Alferes, com 18 (2.6%) (Afonso & Costa, 1985). De acordo com Telo (2007, p. 28), “a substancial participação dos majores deve-se ao facto de muitos terem assinado os documentos quando eram capitães, mas terem sido promovidos nos meses anteriores ao 25 de Abril.”. A menor participação é nos postos de oficiais superiores e oficiais gerais. O número de tenentes-coronéis, envolvidos no pronunciamento, representa, apenas 2.8% (20), de coronéis, 0.9% (6) e general, 0.3% (2).

Quadro n.º 7 – Distribuição por postos dos oficiais participantes no pronunciamento de 1974

Postos	N.º	%
General	2	0.3
Coronel	6	0.9
Tenente – Coronel	20	2.8
Major	201	28.6
Capitão	367	52.2
Tenente	89	12.7
Alferes	18	2.6
Total	703	100.0

Fonte: Elaboração Própria com base em Afonso & Costa (1985)

Kaúlza de Arriaga tinha apresentado um relatório ao governo, onde expressava a sua preocupação, nomeadamente no que se refere à inserção de classes mais baixas na instituição militar. A distribuição dos participantes, quanto à sua origem geográfica - Quadro n.º 8 – demonstra a problemática que Arriaga apresentava. Ressaltava a representatividade da componente rural, aos “autores” do pronunciamento. Lisboa e Setúbal são as cidades em que a componente urbana tem maior destaque, apesar de apenas obter 16.36%.

Quadro n.º 8 – Oficiais do Exército, participantes no pronunciamento, nascidos em cidades sedes de distrito

Distritos	N.º	%
Lisboa/Setúbal	115	16.36
Porto	26	3.70
Zona A⁴²	34	4.83
Zona B⁴³	41	5.8
Zona C⁴⁴	34	4.83
Zona D⁴⁵	16	2.28
Zona E⁴⁶	8	1.14
Ilhas	17	2.42

Fonte: Elaboração Própria com base em Afonso & Costa (1985)

A partir do Quadro n.º 9, o grupo profissional “Funcionário Público” tem mais presença que as outras profissões. Os militares com antecedentes familiares militares perderam alguma representação em todo o país, onde Lisboa é a única exceção. Esta camada social, em todos os outros distritos, tinha uma representatividade bastante homogénea, quando comparada com os outros grupos profissionais. Os militares com parentes que não trabalhavam em prol exclusivo do Estado, tornavam-se prementes neste ramo das FA. Desta classe social, ressaltam os grupos profissionais “Proprietário” e “Operário/Artesão”. Tal facto pode ser justificado pela análise ao Quadro n.º8, pela “nova era” de militares naturais do “país rural”, em que grande parte da população estava mais ligada ao trabalho no campo e comércio local.

⁴² Zona A: Distritos de Viana do Castelo, Braga, Aveiro e Coimbra;

⁴³ Zona B: Distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda;

⁴⁴ Zona C: Distritos de Castelo Branco, Leiria e Santarém;

⁴⁵ Zona D: Distritos de Portalegre, Évora e Braga;

⁴⁶ Zona E: Distrito de Faro.

Quadro n.º 9 – Oficiais do Exército participantes no pronunciamento: antecedentes familiares relacionados com origem geográfica (em percentagem)

Grupo de Profissões/ Distritos	Lisboa	Porto	Zona A	Zona B	Zona C	Zona D	Zona E	Ilhas	Ultramar
Forças Armadas	5.83	0.71	1.71	1.14	2.41	1.56	0.43	1.28	1.85
Funcionário Público	3.56	1.14	2.84	5.83	2.70	2.00	1.28	0.71	2.00
Profissões Liberais	1.28	0.57	0.85	0.42	0.71	0.57	0.0	0.28	0.28
Proprietário	1.42	0.85	1.56	6.54	1.42	0.57	0.43	0.0	0.28
Comerciante	1.00	0.57	1.14	1.71	1.14	1.28	0.43	0.0	0.43
Empregado	1.14	0.43	1.00	1.14	1.28	0.28	0.14	0.43	0.0
Empregado qualificado	2.7	1.42	0.85	1.00	1.14	0.71	0.43	0.0	0.14
Agricultor não proprietário	0.0	0.28	0.71	2.13	0.85	0.28	0.0	0.28	0.0
Operário/Artesão	2.13	0.57	1.71	1.56	2.13	1.00	0.71	0.28	0.0

Fonte: Elaboração Própria com base em Afonso & Costa (1985)

CONCLUSÕES

1.1. Resposta às QD:

QD 1: *“Qual a influência que os regimes políticos no momento anterior a cada um dos pronunciamentos tiveram para a ação dos militares?”*

Relativamente ao período da I República, a instabilidade política foi uma premissa premente e bastante visível pelo número de vezes que teve lugar a alteração da composição governativa. Na verdade, o regime saído do 5 de outubro de 1910 foi incapaz de aplicar um programa eficaz de reforma do Estado e da sociedade. A CRP de 1911 não consagrava quaisquer poderes no PR, pelo que, na tentativa de cortar com a política do passado foram efetuadas várias alterações. Contudo, em muito pouco se alterou e na qual faltou a definição de um quadro institucional que viabilizasse o desenvolvimento económico e social até porque o condicionamento do exercício das liberdades, fez surgir o dilema “ordem-desordem” e a instituição militar surgiu como a única solução para colocar termo ao regime. A ascensão de Pimenta de Castro e Sidónio Pais ao governo, foram acontecimentos que demonstraram a força do Exército na política. Da I GM, surge um núcleo de oficiais conservadores, que pretenderam por um fim ao regime, realizando várias tentativas, como é exemplo, o 18 de abril e 19 de julho, ambos em 1925.

No período do Estado Novo, a CRP de 1933, não concentrava também nela poderes no PR. Oliveira de Salazar, apoiante e defensor da ideia de que apenas um Estado intervencionista e autoritário conduziria Portugal ao desenvolvimento económico e social, é esta entidade quem comanda o país até ao seu afastamento, em 1968. Durante este período, ocorrem, em paralelo com o que acontecera no período da I República, várias insubordinações militares. Após a II GM recaem sobre a instituição militar as maiores esperanças de alcançar o derrube da Ditadura. A candidatura de Humberto Delgado às presidenciais de 1958 pode inserir-se na tendência de alguns oficiais para a reforma do regime. A “Abrilada de 1961” foi em grande parte ditada pela perceção da posição portuguesa em matéria colonial. Além do descontentamento dos altos comandos das chefias militares, iniciam-se, igualmente, contestações da oficialidade mais moderna.

A constatação destes factos remete para uma característica em comum entre os dois períodos antecessores aos pronunciamentos militares. Em ambos os casos, a instituição militar surge como uma “força-solução”. Surge a ideia que apenas a ação armada por parte dos militares poderá vir a resolver toda a instabilidade.

QD 2: *“De que forma as mudanças e condições militares influenciaram a vontade dos militares para a alteração do regime político vigente, em cada um dos períodos?”*

Uma das novidades da república, foi as reformas na organização do Exército. Como visto anteriormente, foi decretado o SMO e foram criados dois quadros de oficiais: o QP e o quadro miliciano dos oficiais. Tal medida, provocou um descontentamento nos oficiais deste primeiro quadro, respetivamente. Ao nível militar, as contestações face às dificuldades da condição de vida militar institucional e até mesmo a nível pessoal, eram uma realidade. Os militares referiam que a instituição não tinha meios, armamento e equipamento o que dificultava a gestão da moral das tropas, dando azo a casos de insubordinação e deserções frequentes. Ao nível pessoal, o custo de vida dos militares era muito alto, o que obrigava a que muitos militares exercessem funções externas ao meio militar.

A I GM levou a uma exigência extrema da preparação de militares para o combate e, conseqüentemente, a uma redução dos programas e formação dos oficiais da EG. Os próprios comandantes do CEP não aceitavam a decisão política de beligerância de Portugal, e foi a partir de um destes comandantes que foi despoletado o pronunciamento de 28 de maio de 1926, como corrobora o caso do general Gomes da Costa. É a partir do fim I GM que surgem as principais tentativas de modificação de regime, por parte dos militares. Os pronunciamentos do caso de 5 de março, 18 de abril e 19 de julho, ambos em 1925 refletem o todo o descontentamento dos militares, incluindo a própria divisão entre os militares e o peso e postura da hierarquia de oficiais modernos (capitães e subalternos).

No período de 1926 a 1933 a instituição militar decide sobre os destinos da I República, mas revela-se incapaz de comandar a evolução da Ditadura Militar. Oliveira de Salazar concebeu e protagonizou a passagem da Ditadura Militar à Ditadura do Estado Novo. Este novo período da História, criou os seus próprios mecanismos de ligação com as FA. No entanto, Oliveira de Salazar nunca chegou a ocupar o cargo de PR, preferindo depositar nesta função, um elemento militar. Desta forma conseguiu fomentar o enlace da instituição militar ao regime do Estado Novo. Além disto, Salazar elege para Subsecretário de Estado da Guerra e posteriormente Ministro da Guerra, o Capitão Santos Costa. Este permaneceu 22 anos no Governo e afirmou-se como elo de ligação entre o Exército e o Estado. É entre estas duas entidades que se traça uma das maiores reformas militares do Estado Novo – a reforma militar de 1937. Nesta altura, foram executadas alterações a nível

organizacional, de organização territorial, de efetivo, assim como tem início um processo de rearmamento do Exército Português.

O período após a II GM, com a entrada de Portugal na Aliança Atlântica, não só provocou o reajustamento da estrutura das FA, como também despoletou o contacto de vários oficiais com outras realidades, maioritariamente democráticas. É neste clima de interligação com o ambiente internacional, que Portugal começa a ser acusado de não fomentar o espírito crítico na instituição militar. A NATO veio trazer uma nova era militar: foi fornecido ao Exército uma quantidade avultada de armamento, o que possibilitou e obrigou à atualização de todas a doutrina, tática e técnica até então conhecida pelos oficiais portugueses.

Foi com o “Caso da Índia” em 1961, e com a atitude deliberada de Salazar de preferir a derrota militar à solução política que se começa a quebrar a ligação entre o regime e o Exército. A principal insubordinação militar foi conduzida pelo próprio Ministro da Defesa, questionando Salazar quanto à sua capacidade de governação. É no contexto de emancipação dos movimentos de libertação dos povos africanos e consequentes guerras que advieram, que a instituição militar vai sofrer novas alterações. Para fazer face à falta de oficiais, são reduzidos os programas na AM e foi permitido aos oficiais milicianos a ascensão aos quadros permanentes. Com o prolongamento da guerra em África, um número significativo de oficiais encontra-se recetivo à insubordinação. É nesta génese que nasce o “Movimento dos Capitães” que despoleta o 25 de abril de 1974.

QD 3: *“Qual peso dos oficiais que tomaram corpo nos pronunciamentos e quem eram estes militares?”*

No pronunciamento de 28 de maio de 1926 verifica-se que dos 2789 oficiais dos quadros permanentes do Exército Português, 108 participaram no pronunciamento (8%). Um valor baixo, mas quando analisado o seu significado permite inferir factos bastante interessantes. Relativamente aos parâmetros de caracterização sociológica propostos a analisar, verifica-se, que no que concerne à distribuição por arma e serviço destes 108 elementos, a maioria pertencia à arma de Artilharia e Infantaria.

Quanto à distribuição por postos, ressalta o número de subalternos e capitães, permitindo concluir que é esta a maioria que executa o pronunciamento de 28 maio. O número de tenentes representa 60.19% dos participantes. E no conjunto, os capitães

e subalternos representam 89.82% dos participantes. A menor participação centra-se na classe de oficiais superiores e oficiais gerais.

Quanto à origem distrital dos participantes, apesar de não analisado individualmente para cada um dos 108 oficiais, os dados dos oficiais sobre o total de oficiais nascidos num dado distrito e que ingressaram na EE, EG e EM, no período de 1910-1919 e 1920-1929, permite deduzir que a maior parte dos oficiais que despoletaram o pronunciamento do 28 de maio, provinham do meio urbano, com relevo para as grandes cidades: Lisboa, Porto. Mais de metade dos oficiais naturais da Zona A (Viana do Castelo, Braga, Aveiro e Coimbra) e Zona C (Castelo Branco, Leiria e Santarém), provinham igualmente das cidades destes distritos. Contudo importa sublinhar a diferença do primeiro para o segundo período, em que teve lugar o fim da I GM. Os dados referentes a essa época demonstram uma tendência de diminuição deste grupo de oficiais, em praticamente todos os distritos, à exceção de Lisboa e Porto, onde passaram a representar menos de metade, com valores abaixo de 35%.

O último parâmetro de análise analisado – Proveniência Familiar – revela que nos períodos de 1910-1919 e 1920-1929, a maioria dos oficiais que ingressavam na instituição militar, provinham de famílias que exerciam funções em dois grupos: “Forças Armadas” e “Funcionário Público”. Em termos de comparação na distinção estabelecida entre estes dois períodos, verifica-se o aparecimento de um número maior de oficiais provindos das classes mais desfavorecidas. Tal evolução deve-se ao surgimento dos oficiais oriundos do meio rural, onde o trabalho no campo e a população com poucas habilitações literárias tem maior relevo.

No pronunciamento de 25 de abril verifica-se que dos 4165 oficiais dos quadros permanentes do Exército Português, 703 participaram no pronunciamento, ou seja 16.9%. Contudo, deste conjunto de 703, importa ter em conta que 27% provinham da AM.

Da análise do parâmetro arma/serviço, denota-se que a maioria provinham das armas. A maior representação, é de Infantaria (53.34%) e a menor Transmissões (2.13%). Contudo quando comparada a percentagem de participantes de armas e serviços, verifica-se que das armas, compreendiam 92.7% do universo.

Relativamente aos postos, verifica-se uma maior presença da classe de Major e Capitão. Ao todo, os Capitães representavam 52.2% do universo e os Majores 28.6%. Todavia, é necessário ter em conta que, os Majores contabilizados, na altura

em que se comprometeram com o pronunciamento, eram capitães. A menor participação, denota-se nas classes de oficiais superiores e oficiais gerais.

Quanto ao terceiro parâmetro de análise – Origem Distrital – verifica-se a grande presença de oficiais provindos do meio rural. Ao todo, o número de oficiais naturais das sedes de distrito (meio urbano) são 291 (41.36%). Desta forma é possível concluir que quem fez o 25 de abril foram na sua maioria oficiais naturais do meio rural.

Por último, o parâmetro Proveniência Familiar, permitiu aferir a maioria dos oficiais que a maioria dos oficiais provinham eram filhos de parentes que exerciam funções no grupo “Funcionário Público” (22.06%) e “Forças Armadas” (16.92%). Porém, torna-se importante referir também dois grupos: “Proprietário” (13.07%) e “Operário/Artesão” (10.09%). Estes dois últimos demonstram que efeito da representatividade dos oficiais provenientes do meio rural.

Desta forma, ambos os pronunciamentos partem, de forma geral, dos escalões intermédios da hierarquia. No entanto, existe uma grande diferença que foi possível aferir através do estudo da origem distrital e proveniência familiar. No período da História referente à primeira República, o oficialato mais jovem nasce no meio urbano com familiares pertencentes às elites portuguesas. Cerca de 50 anos depois, este grupo de oficiais apresenta uma composição diferente. Mais de metade destes provinham do meio rural com parentes com poucas habilitações literárias.

QD 4: *“Qual a influência da economia portuguesa no despoletar dos pronunciamentos militares?”*

A conjuntura económica é um elemento importante para perceber o insucesso da I República. O abalo económico e financeiro da valorização do escudo leva o país a um estado de degradação. O período da I GM exigiu insuportáveis esforços a Portugal o que provocou uma das maiores crises financeiras que o país tinha conhecido até à época. O Exército foi um dos elementos da sociedade portuguesa que ressentiu diretamente as consequências da opção pela beligerância portuguesa. A atestar o que se disse, alvitre-se que estes assistiram à subida progressiva do custo de vida, em contraponto com a constante manutenção dos salários. Tal facto, provocou um estado de descontentamento deste ramo. Além disto, do pouco armamento, equipamento e material que havia até ao início da I GM, no pós-guerra não se verificou modernizações deste mesmo. Este facto,

contribuiu para o baixar da moral da classe dos oficiais, o que provocava graves problemas de indisciplina na instituição.

O período de Ditadura Militar, antecedente do Estado Novo, demonstrou a ineficácia da governação militar. Contudo, a conjuntura económica nacional tomou proporções completamente diferentes no período seguinte. Neste, registou-se um crescimento económico positivo, sobretudo devido às políticas económicas implementadas por Oliveira de Salazar. No geral, a economia portuguesa conseguiu acompanhar de forma suficiente o crescimento dos países europeus no pós - II GM. Entre 1969 e 1972, altera-se panorama económico português. A inflação aumenta, assim como o custo de vida. A conjuntura económica nacional foi assistida pelos militares sem particulares interferências contra esta mesma, apenas se tendo registado protestos relativamente ao carácter autoritário do Estado. A adesão à NATO trouxe elevados avanços tecnológicos em termos de armamento e equipamento, o que por sua vez, conduziu a uma adoção de doutrinas, táticas e técnicas que até então eram desconhecidas por Portugal, conquanto, todo o material de guerra recebido não se adequava ao tipo de guerra se travava em África. Tal contestação, levou a um imenso investimento na Defesa, particularmente sentido já na administração de Marcello Caetano. Os militares afirmavam que o investimento português na Guerra Colonial não era suficiente e o potencial de combate das forças de libertação africanas era superior ao português, para o tipo de guerra que estavam a desempenhar.

Desta forma, as características de vertente económica nos dois períodos tiveram influência nos militares. Apesar de no período do Estado Novo se ter verificado um progressivo crescimento económico quando comparado à época da I República, constata-se que, quando surge o fator Guerra, a economia portuguesa tem tendência a demonstrar uma certa debilidade na resposta aos pedidos e necessidades militares para a consecução da mesma.

QD 5: “Qual a influência/dimensão do sistema internacional nos pronunciamentos militares de maio de 1926 e abril de 1974?”

O “momento forte” da influência do sistema internacional durante a permanência da I República deve-se à I GM. A incessante procura de participação na Guerra por parte de Portugal, conduziu este à extrema dependência e subordinação internacional, principalmente por parte de Inglaterra. Portugal, conquistou posição na Guerra sem ter em conta a extrema debilidade que o Exército apresentava. Desta

forma, ficou na dependência de quase todo o tipo de meios, recusando as propostas e sugestões de Inglaterra, o que acarretou o desastre militar português. O Exército tornou-se, assim, num dos âmbitos mais lesados alvos da sociedade portuguesa. Foram preparados militares em três meses, a formação de oficiais na EE, foi reduzida neste período a seis meses, através da redução dos programas e procedeu-se à aceleração das promoções de forma a obter um quantitativo maior de subalternos.

No período do Estado Novo, Portugal, embora com contornos bastantes diferentes, confronta-se com problemas de ordem interna agravados por fontes externas. Como abordado, foram realizadas pelo Estado, medidas de aproximação de Portugal aos países Europeus, bastantes visíveis após o termino da II GM. A adesão à NATO constituiu um marco importante da História, pois Portugal adquiriu bastante material, meios e equipamento do estrangeiro. Além de tudo, isto recebeu ainda formação para a operacionalização destes meios, o que possibilitou a incrementação de novas doutrinas, táticas e estratégias derivadas das experiências da II GM.

Contudo esta aproximação a fontes externas repercute-se também no comportamento dos militares. Estes tiveram contacto com outras realidades, na sua maioria, com ideários de regimes democráticos, o que lhes impôs naturalmente uma visão crítica do regime autoritário que Portugal mantinha. O começo das guerras coloniais, são o período que marcam o afastamento de Portugal da dinâmica internacional. A emancipação dos movimentos de libertação africanos levava ao reconhecimento de independência em diversas colónias, salvo Portugal. António de Salazar e posteriormente Marcello Caetano mantiveram a sua posição de garantir a continuidade da colonização. Por sua vez, e face às opções políticas de Portugal, nesta matéria, a comunidade internacional deixa de apoiar Portugal, e surgem novos apoios provindos da França e Alemanha.

Apesar do auxílio destes países, Portugal não conseguiu acompanhar o avanço militar que os movimentos de libertação africanos efetuavam, levando, a que os próprios militares portugueses começassem a duvidar das decisões políticas portuguesas e a temer o mesmo fim que a Índia tinha tido. Tal como aconteceu na I República, e face à falta de apoio militar internacional, Portugal tomou medidas no sentido de aumentar o seu efetivo. Foram tal, como tinha acontecido na preparação do CEP, cerca de 45 anos atrás, reduzidos os programas e dos cursos na preparação dos oficiais na EE. Além disso, assistiu-se à implementação de um decreto que permitia o acesso dos oficiais milicianos aos quadros permanentes. Todas estas

alterações de ordem interna provocadas pela postura da conjuntura externa, têm, assim, implicação no comportamento dos militares, que se vai consubstanciar na criação de um núcleo de militares com intenções revolucionárias.

Pode-se, deste modo, afirmar que nos dois períodos estudados, a conjuntura internacional representou um papel que teve influência negativa no Exército Português. No primeiro caso, derivado da I GM e no segundo caso devido às Guerras Coloniais. Em suma, em ambos os casos, pode-se apontar duas características em comum: nos momentos em que Portugal se revela mais carente e necessitado de apoio externo, este parece não ser alcançado, devido à não concordância internacional com as políticas portuguesas. A segunda característica deve-se à profunda implicação que estas alterações têm no seio do Exército, e sucederem-se, em ambos os casos nos momentos anteriores aos pronunciamentos militares, de 28 de maio de 1926 e 25 de abril de 1974.

1.2. Resposta à QC:

“Qual foi representatividade dos oficiais em início de carreira do Exército Português, nos pronunciamentos militares do 28 de maio de 1926 e do 25 de abril de 1974? De que forma a dinâmica nacional e internacional convergem para o desencadeamento destes pronunciamentos, por parte dos jovens oficiais??”

Centrando-se a problemática do tema em compreender, através de dois pronunciamentos, qual a atuação/postura e as razões que levam os oficiais do Exército em início de carreira a se decidirem pela revolta contra o regime e face às limitações que o estudo do problema apresenta, tornou-se possível inferir que são os quadros mais jovens do Exército Português os verdadeiros “catalisadores” e “entusiastas” dos pronunciamentos. Neste sentido, é lícito afirmar que sem o apoio e forças destes, as pronunciações militares não se teriam realizado.

Apesar de, quando comparados os números da existência de oficiais com os que os que iniciaram o pronunciamento, este se apresentar, em ambos os casos, em menos de metade do global de oficiais do Exército Português, são os capitães e subalternos das armas que representam a maioria do universo dos participantes.

Importa também referir a diferença entre estes dois oficialatos em cada um dos períodos. No caso da I República, denota-se que a maioria destes oficiais eram filhos das elites portuguesas, militares e funcionários do Estado. Além disto, a maioria era natural do meio urbano. Já no período do Estado Novo, encontra-se um

oficialato diferente, pois apesar de, na sua maioria serem filhos das elites, encontram-se de igual forma filhos da população do meio rural, sendo quase um caso de meiação.

As razões que levam a tomarem tal decisão são de ordem vária, e este trabalho de investigação contempla-as somente em quatro dimensões: política, económica, militar e internacional.

Quanto à vertente política, podemos sustentar que, na I República, apesar da democratização e das mudanças organizacionais que esta implicou no Exército, este surge continuamente como uma componente separada da sociedade, apenas se tornando relevante quando surgem acontecimentos internacionais. As diferentes ideologias políticas surgem como fator multiplicador para a constante instabilidade política. Surgem personalidades com conotações militares que com o apoio tomam o poder político, relevando deste modo, o peso que a força militar assume no poder político. No Estado Novo, a força militar sofre umas das maiores revoluções a nível organizacional, e num dado momento parece estar sob o comando das forças políticas. Todo o panorama se modifica quando o poder político parece exigir demasiado às forças militares, dado as suas capacidades. Começam a surgir personalidades militares, com força política, como é o caso de Humberto Delgado e Botelho Moniz, que tentam demonstrar a necessidade de alteração das políticas para com a instituição militar.

Quanto à vertente económica, conclui-se que, na I República, as contestações militares de carácter económico eram frequentes. Estas não tinham apenas um carácter pessoal, uma vez que, como a própria instituição enfrentava grandes debilidades financeiras que não permitiam a instrução e treino, tal acarretava consequências. O esforço económico para a participação de Portugal na I GM foi enorme, porém, por razões de outra ordem, que não só económicas, levou os militares a combaterem sem os meios necessários. No Estado Novo, houve realmente elementos que garantiram uma evolução económica positiva. Contudo, as Guerras Coloniais trouxeram novas necessidades militares, diferentes das sentidas na II GM pelos países europeus. Desta forma, como acontecera na I GM, embora com consequências bastantes menores, os militares a combateram com dificuldades em África.

Quanto à vertente militar, sustenta-se que, apesar da tendência dos militares se constituírem como elemento e corpo separado na sociedade, estes deram provas vivas de que estavam atentos às constantes mudanças. No caso da I República, averigua-se o constante aparecimento de movimentos insurreccionais para com o

regime, nos períodos mais próximos do 28 de maio de 1926 – 5 de março de 1925; 18 abril de 1925; e, 19 de julho de 1925. No segundo período ocorre igualmente, estes apelos militares à mudança. Surge primeiramente a tendência democrática que Humberto Delgado tentava perfilhar; posteriormente, os apelos por parte de Botelho Moniz, face às dificuldades que as Guerras Coloniais iriam exigir aos militares; surge ainda um apelo com uma vertente mais social, como é o caso da publicação do livro “Portugal e o Futuro” do General Spínola; e por último, a mais concreta demonstração de que algo estaria para vir, o “Golpe das Caldas”.

Quanto à vertente internacional, saliente-se que, na I República, Portugal enfrenta um grande desafio. A I GM é o pico da influência externa em Portugal, e o país encontra-se descontextualizado com a tipologia de guerras que se travavam na Europa e em África. Desta forma, e como são os militares que fazem a guerra, sofrem todas as consequências que advieram da participação portuguesa. É deste grupo de militares que surge um núcleo de oficiais que irá começar a mostrar provas do seu descontentamento e irá conduzir o 28 de maio de 1926. No Estado Novo, a influência externa teve uma ascendência positiva, uma vez que os militares usufruíram dos vários acordos estabelecidos com a comunidade internacional, como é o caso da NATO. O corte com a comunidade internacional dá-se no momento em que Portugal rejeita o reconhecimento de independência por parte das colónias africanas. A partir deste momento, Portugal, é obrigado a negociar com novos países, recebendo poucos apoios da NATO, pois estes não aceitavam a posição de Portugal, em matéria colonial.

1.3. Dificuldades/Limitações

A investigação desenvolvida ao longo do trabalho aqui desenvolvido passou por algumas dificuldades que se prenderam, sobretudo, com a consulta de alguns documentos. Tais complexidades sentiram-se sobretudo com as OS das unidades do ano de 1926, pois ou não existem em arquivo ou encontram-se em tão mau estado de conservação que a sua leitura se torna impercetível.

Por tudo isto, no concernente ao número de oficiais participantes no pronunciamento de 28 de maio de 1926, o trabalho apresenta uma limitação na análise dada a exclusiva utilização que os indicadores quantitativos podem provocar. Assim, no caso dos oficiais participantes no 28 de maio, não foi realizada a comparação do

“universo”, com a “existência”, pelo que os resultados obtidos podem provocar, um conhecimento deformado da realidade.

Uma das formas de colmatação desta limitação seria o estabelecimento de uma relação entre o universo em estudo e o total de oficiais do Exército em 31 de dezembro de 1925. Contudo a não realização deste instrumento de medida no trabalho aqui apresentado deve-se a limitações em termos temporais e paginais.

1.4. Futuras investigações

Na senda das dificuldades/ limitações anteriormente elencadas, sugerimos um estudo que procedesse ao estabelecimento de uma relação entre o total de oficiais do Exército em 31 de dezembro de 1925 e uma comparação do universo de participantes do pronunciamento de 28 de maio de 1926.

Nesta ótica, sugere-se também a realização da análise dos pronunciamentos, com base em fatores sociais, financeiros e até de mentalidade presentes em cada um dos períodos. Além disto, a análise do papel das grandes figuras militares em cada um dos pronunciamentos poderia, também, trazer uma perspectiva nova sobre a temática desta investigação.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, A. H. & Costa, M. B. (1985). Subsídios para a caracterização sociológica do movimento dos capitães (Exército). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, 97 - 122. Acedido a 15 de fevereiro de 2017, em <http://www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=227>
- Almanaque do Exército ou Lista de Antiguidades dos Oficiais e Empregados civis do Exército (1925). Lisboa: Imprensa Nacional
- Almeida, D. (1977). *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*. Lisboa: Edições Sociais.
- Alves, J. (1998). *O Furacão «Delgado» e a ressaca eleitoral de 1958 no Porto*. Porto: CLC - FLUP.
- Amaral, L. (2015). O processo económico (1960-2000). In Amaral, L., Barreto, A., George, J., Pinto, A., Teixeira, N. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010* (pp. 81 - 100). Carnaxide: Objectiva.
- Antunes, J. (1978). *A desgraça da República na ponta das baionetas*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Banazol, L. (1974). *Os Capitães*. Lisboa: Prelo Editora.
- Baptista, J. (1975). *Caminhos para Uma Revolução*. Amadora: Livraria Bertrand.
- Bernardo, J. (2015). *Santarém, uma cidade que faz história : 25 de Abril de 1974*. Santarém: Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.
- Caetano, M. (1976). *A verdade sobre o 25 de abril*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- Campinos, J. (1975). *A Ditadura Militar 1926/1933*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cardoso, J. (1961). Crónica militar sobre a Organização territorial do Exército. *Revista Militar*, n.º 1, 67-69.
- Cardoso, J. (2015). O Processo Económico (1930-1960). In A. Garrido., B. Reis., D. Melo., J. Cardoso., P. Oliveira. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010* (pp. 109-144). Carnaxide: Objectiva.
- Carrilho, M. (1985). *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no sec. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional -

- Casa da Moeda.
- Carvalho, J. (1993). *Síntese da evolução tática, técnica e organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*. Lisboa: Direção de documentação e História Militar.
- Carvalho, O. (1977). *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Castaño, D. (2014). A Grande Guerra e as relações internacionais de Portugal: Da Monarquia à República. *Relações Internacionais*, n.º 42, 63–77. Acedido em 17 de março de 2017, acedido em 01 de março de 2017 em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000200005
- Chorão, L. (2010). *A crise da República e a Ditadura Militar* (2ª Edição). Porto: Sextante Editora.
- Couto, A. (1999). *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50 - Os Compromissos com a OTAN*. (Vol I). Lisboa: Direção do Serviço Histórico Militar.
- Cortesão, J. (1919). *Memórias da Grande Guerra: 1916-1919*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Duarte, A. (2010). *A Política de Defesa Nacional de 1919 - 1958*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Faria, T. (2000). *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Ferreira, J. (1978). *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Ferreira, J. (1992a). *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferreira, J. (1992b). *Portugal na Conferência de Paz*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Ferreira, J. (2000). Forças Armadas e o Regime Autoritário. *Nação & Defesa*, n.º 94-2.^a Série, 107–122. Acedido a 25 de março de 2017 em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1431/1/NeD094_JoseMedeirosFerreira.pdf
- Ferreira, J. (2012). *Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no Contexto Internacional*. Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores.
- Freire, M. (s/d.). *O Corpo Expedicionário Português*. (s/l: s/n). Acedido a 02 de março de 2017 em [http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/O CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS.pdf](http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/O_CORPO_EXPEDICIONÁRIO_PORTUGUÊS.pdf)

- Freitas da Costa, E. (1979). *História do 28 de Maio*. Lisboa: Edições do Templo.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* (4ª Edição). Lisboa: Instituto PIAGET
- Ilharco, A. (1926). *Memórias. Alguns apontamentos sobre a influência da política no Exército*. Porto: Chardron
- Leal, C. (1968). *As minhas memórias. Coisas de tempos idos*. (Vol. 2). Lisboa: Edição do autor, Livraria Petrony.
- Leite, J. (1936). *A doutrina corporativa em Portugal*. Lisboa: Clássica.
- Leal, C. (1968). *As minhas memórias. Coisas de tempos idos*. (Vol. 2). Lisboa: Edição do autor, Livraria Petrony.
- Leite, J. (1936). *A doutrina corporativa em Portugal*. Lisboa: Clássica.
- Madureira, A. (2016). *28 de Maio - Génese do Estado Novo*. Lisboa: Clube do Autor.
- Maia, S. (1997). *Capitão de Abril. História da guerra do ultramar e do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Marcos, D. (2007). *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Marques, O. (2010). *A Primeira República Portuguesa (alguns aspectos estruturais)* (2.ª Edição). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, O., & Henrique, A. (1992). Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In J. Serrão & A. H. Oliveira Marques. *Nova História de Portugal* (Vol. 12). Lisboa: Presença.
- Martins, A. (1976). *Da I República ao Estado Novo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Matos, L. (s/d). República. Um “corpo com alma.”. In M. T. Barata & N. S. Teixeira., *Nova História Militar*. (Vol. 4). Lisboa: Círculo de leitores.
- Matos, L. (2004). Estado Novo. In *Nova História Militar* (Vol. 4). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ministério da Defesa Nacional [MDN] (1999). *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica - 1949/1959*. Lisboa: Atlântida Editora, Coimbra.
- Medina, J. (2007). *O “Presidente-Rei” Sidónio Pais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ministério da Guerra, Portugal. (1938). *Reformas militares de 1937*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE] (1995). *Portugal na Primeira Guerra Mundial 1914-1918 / Ministério dos Negócios Estrangeiros* (Tomo I). Lisboa: MNE
- Moniz, J. (1925). *18 de Abril*. (2.ª Edição). Lisboa: Casa Ventura Abrantes
- Neves, J. (2011). *O Corpo de estado -maior nos anos 30*. Universidade Nova de Lisboa.

- Nogueira, F. (1980). *Salazar - O Ataque (1945-1958)* (Vol. 4). Coimbra: Atlântida Editora.
- Nogueira, F. (1987). *Um político confessa-se (Diário 1961 - 1968)*. Porto: Civilização.
- Pereira, J. (1978). *A Preparação Ideológica da Intervenção Militar de 28 de Maio de 1926*. Porto: Edições Afrontamento
- Pinto, A. (2004). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Pinto, A. (2015). A Vida Política (1960-2000). In L. Amaral., A. Barreto., A. Pinto., J. George., N. Teixeira. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010* (pp. 25–56). Carnaxide: Objectiva.
- Pinto, A. C. (1998). Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República. *Penélope*, 19-20, 43-70. Acedido em 22 de fevereiro de 2017 em http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/RBR_MA_17885.PDF
- Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade de países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Covilhã: MNE - ID
- Pires, A. (2012). *Ser Enfermeira em Portugal da I República à instauração do Estado Novo (1910-1933): Leituras na Imprensa Generalista*. Doutoramento em Enfermagem, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Acedido a 01 de março de 2017 em <http://hdl.handle.net/10400.14/12101>
- Pires, N. (2014). *Wellington, Spínola e Petraeus. O Comando Holístico da Guerra*. (1.^a Edição) Alcochete: Nexo Literário
- Ramos, R. (1994). O mito da política nacional (1918-1926). In J. Mattoso, *História de Portugal*. (Vol. 6, pp. 597–633). Lisboa: Círculo de leitores.
- Reis, B. (2015). A Vida Política (1930-1960). In A. Garrido., B. Reis., D. Melo., J. Cardoso., P. Oliveira. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010* (pp. 33–72). Carnaxide: Objectiva.
- Rodrigues, A., Borga, C., & Cardoso, M. (2014). *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril* (5.^a Edição). Lisboa: Planeta.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora
- Saraiva, J. (1993). *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Spínola, A. (1974). *Portugal e o Futuro* (2.^a Edição). Lisboa: Arcádia.
- Teixeira, N. (1996 Os Anos da NATO (1946-1959)). *O Poder e a Guerra. 1914 - 1918. Objetivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Teixeira, N. (2015). Portugal no Mundo (1960-2000). In L. Amaral., A. Barreto., A. Pinto., J. George., N. Teixeira. *História Contemporânea de Portugal, 1808-2010* (pp. 57–80). Carnaxide: Objectiva.
- Telo, A. (1994). As Guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. *Revista de História das Ideias*, Vol. 16, 347–369.
- Telo, A. (2004). Os Anos da NATO (1946-1959). In A. M. Hespanha., M. T. Barata., N. S. Teixeira ., M. F. Temudo., R. Bebiano. *Nova História Militar de Portugal* (Vol. 4, pp. 435–495). Lisboa: Círculo de leitores.
- Telo, A. (2005). O Papel dos Militares nas Grandes Mudanças em Portugal – Uma Perspectiva de Conjunto. *Nação & Defesa*, Nº 112 - 3.ª Série, 103–136. Acedido em 01 de Abril de 2017 em <http://hdl.handle.net/10400.26/1141>
- Telo, A. (2007). *História Contemporânea de Portugal - do 25 de Abril à Actualidade - Vol. I*. Lisboa: Editorial Presença.
- Telo, A. (2010). *Primeira República I - Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença
- Telo, A. (2011). *Primeira República II - Como Cai Um Regime*. Lisboa: Editorial Presença
- Telo, A., & Álvares, M. (2004). *Armamento do Exército Português - Armamento Ligeiro* (Vol. 1). Lisboa: Prefácio.
- Telo, A., & Gómez, H. (2000). *Portugal e a Espanha*. Lisboa: Edição Cosmos.
- Tornada, J. (s/d). Do fim e dos homens: o ponto de vista dos militares sobre os últimos meses do Estado Novo. *Imprensa Da Universidade de Coimbra*, 179–206. doi: 10.14195/978-989-26-0465-7_5
- Vasconcelos, J. (1925). *O movimento nacional de 18 de Abril. Comentários e revelações*. Porto: Tipografia Central.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Wheeler, D. (1986). *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Wheeler, D. L. (1978a). A Primeira República Portuguesa e a história. *Análise Social*, 14 (56), 865–872. Acedido em 13 de março de 2017 em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>.
- Wheeler, D. L. (1978b). *História política de Portugal de 1910 a 1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Fontes de Arquivo:

AGE/SDG/OS/3123 – Regimento de Artilharia N.º 03 - Santarém

AGE/SDG/OS/3329 - Regimento de Artilharia N.º 02 – Figueira da Foz

AGE/SDG/OS/3508 – Regimento de Cavalaria N.º 05 - Évora

AGE/SDG/OS/3537 – Regimento de Cavalaria N.º 11 - Braga

AGE/SDG/OS/3600 – Regimento de Cavalaria N.º 08 - Aveiro

AGE/SDG/OS/4354 – Batalhão de Caçadores N.º 04 - Faro

AGE/SDG/OS/6359 – Regimento de Infantaria N.º 28 – Figueira da Foz

AGE/SDG/OS/7674 – Regimento de Infantaria N.º 33 - Lagos

AGE/SDG/OS/7696 – Regimento de Infantaria N.º 07 - Leiria

AGE/SDG/OS/7704 – 2.º Grupo de Companhias de Saúde - Coimbra

AGE/SDG/OS/9999 – Regimento de Artilharia N.º 05 – Viana do Castelo

AGE/SDG/OS/10168 – Regimento de Artilharia N.º 06 – Vila Nova de Gaia

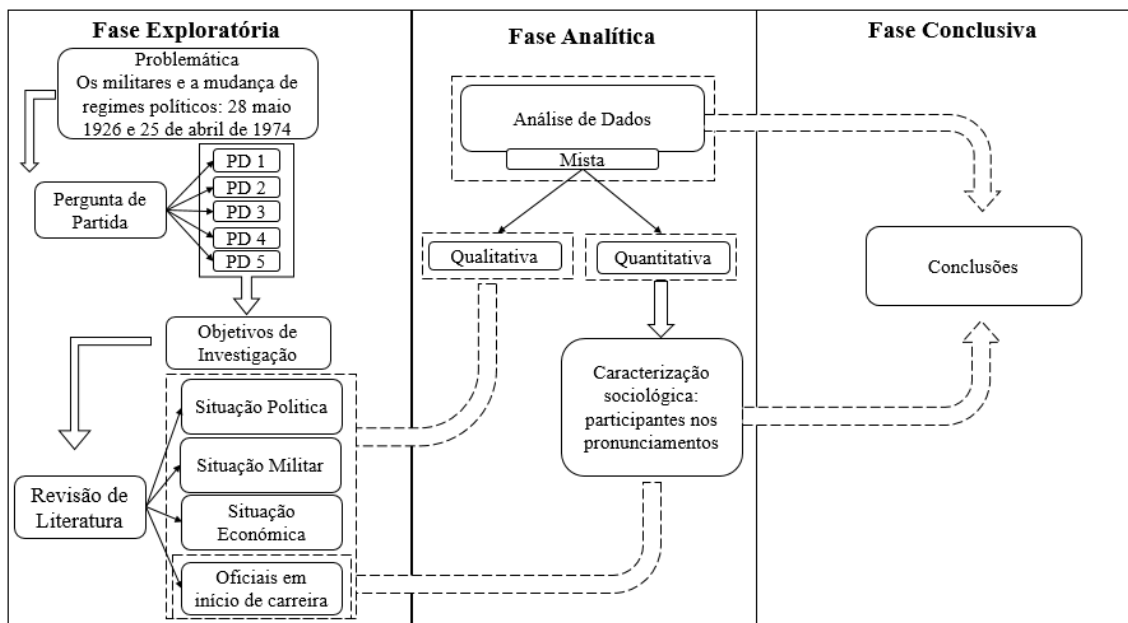
AGE/SDG/OS/10282 – Regimento de Infantaria N.º 21 – 3.º Batalhão – Penamacor

PT/AHM/DIV/1/36/33/30 - Relatório do Estado-Maior do Exército sobre a dívida de Portugal a Inglaterra elaborado por uma comissão constituída pelos coronéis Eugénio Carlos Mardel Ferreira e Miguel de Almeida Santos e pelos tenentes-coronéis João de Sousa Eiro e Joaquim Artur dos Santos Machado.

PT/AHM/DIV/1/39/1/01 - As forças armadas e as crises nacionais. A “abrilada de 1961”, pelo coronel Fernando Valença.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DE ANÁLISE



Fonte: Adaptado de Sarmento (2013)

APÊNDICE B – A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO EM 1937

A lei de 1960, entre outros aspetos inovadores, definia⁴⁷:

- Divisão do território em cinco regiões militares no continente e dois comandos militares nas ilhas dos Açores e da Madeira, um em cada, respetivamente.
- Criação de um Comando – Geral da Aeronáutica Militar, na dependência direta do Ministro da Guerra. Salazar tinha destacado especial interesse no investimento desta especialidade, lançando as bases normativas para estimular o desenvolvimento da aviação civil, através da aquisição de aviões de treino para a Escola de Aviação (Faria, 2000).
- Em tempo de paz, os comandantes das regiões militares respondiam diretamente ao Ministro da Guerra;
- Em campanha, a função de Major-General do Exército, constituía-se como o topo da hierarquia do Exército. O Chefe do Estado-Maior, era, em tempo de campanha, Chefe do Estado-Maior do MG;
- Consagrava-se a existência da Legião Portuguesa como componente da estrutura portuguesa. Em tempo de paz, podia ser colocada na dependência do MG para manutenção da ordem pública e da paz. Em tempo de guerra, dependeria diretamente do MG;
- Em tempo de paz, a organização das tropas, compreendia: Unidades de fronteira - preparadas para poderem entrar de imediato em ação e de garantirem a segurança dos pontos vitais de Portugal; Unidades de linha – agrupadas em 4 Divisões, Tropas e Serviços do Exército, Serviços de comando em chefe, e unidades e formações de tropas não endivisionadas.

Relativamente à Lei 1961, compreendia a redução do efetivo dos quadros de oficiais subalternos. Segundo Telmo Faria (2000), um dos maiores problemas criado neste diploma advinha da desta medida, assumindo por parte destes contornos de insatisfação. No total das armas, a sua diminuição é de 22.33% (de 1079 passou para 838). A maior incidência dos cortes foi na arma de Engenharia (30% - passou de 100 para 70), e em Infantaria (29.8% - passou de 561 para 400). Seguiu-se a Artilharia (29.8% - passou de 220 para 170). Na Cavalaria a redução foi menor (8.4%- passou de 118 para 108), e por

⁴⁷ Fonte: (Ministério da Guerra, 1938).

ultimo, no SAM foram retirados 10 subalternos. De acordo com o legislador esta redução, deve-se:

“É que o quadro de subalternos fixado, presentemente fixado para todas as armas e serviços, é em si próprio um obstáculo natural ao acesso ao posto de capitão (...) Para uma média de 30 promoções por ano ao posto de capitão, (...) o último lugar da escala de subalternos da infantaria pode contar com cerca de vinte anos de permanência nos postos de alferes e de tenente (...) poderá alcançar os galões de comandante de companhia aos quarente e dois anos (...) É para evitar factos desta natureza que na quase totalidade dos exércitos europeus o número de subalternos nos acompanha o número de capitães, quando não lhes é inferior” (Ministério da Guerra, 1938, p. 76).

A lei de 1961, compreendia também a criação de um Corpo de Estado-Maior (CEM) e alterações orgânicas das unidades. Na perspectiva de Salazar, Portugal deveria manter apenas um pequeno número de divisões permanentes, por forma a manter a sustentabilidade dessa mesma força para se defender. Salazar pretende, assim, uma maior concentração de meios militares, por forma a ter menos unidades, mas melhor equipadas.

“Não interessa ao Govêrno, como não interessa à defesa nacional, a distribuição pelo País de grade número de unidades das diversas armas, completamente desprovidas de armamento e de soldados, embora largamente dotadas de oficiais e sargentos. Procedendo-se assim, ilude-se o País, criando-lhe um sentimento de força que realmente não possui, satisfazem-se as vaidades e os interesses particulares das pessoas ou das localidades” (Ministério da Guerra, 1938, p. 10)

O Exército é dividido em duas áreas: Exército Metropolitano e Exército Colonial. O número de regimentos de infantaria reduz de 21 para 16, e o número de batalhões independentes desce de 4 para 3, destinados às ilhas adjacentes. São extintos os batalhões de ciclistas e é criado um batalhão de CC. São aumentados, o número de batalhões de caçadores é incrementado (mais um batalhão). Os batalhões de metralhadoras passam a ser motorizados (enquanto se prevê a motorização de três batalhões) (Faria, 2000).

Na arma de Artilharia foram extintos: um grupo de Artilharia de montanha, dois grupos de Artilharia montada e dois grupos de Artilharia a cavalo. Foram também substituídos por artilharia de tração automóvel, os grupos a cavalo das brigadas e das divisões de Cavalaria. Foram constituídos depósitos de material em cada uma das unidades constituídas, de forma a que, se necessário, detivessem capacidade de mobilização (Faria, 2000).

Na arma de Cavalaria, são reduzidos de nove para sete os regimentos existentes. É criado um regimento motorizado, destinado a fornecer às brigadas de cavalaria, esquadrões de autometralhadoras, esquadrões de motos e esquadrões auto transportados.

As unidades de Engenharia, articulam-se na concentração dos quatro batalhões em dois regimentos de engenharia (Faria, 2000)

Para Medeiros Ferreira (2000) esta reforma foi acompanhada de um programa que previa o rearmamento do Exército a fim de prepará-lo para os acontecimentos que se faziam sentir na Europa. No entanto, o autor afirma que as negociações de rearmamento não eram consensuais e vai trazer alguma divisão na hierarquia militar e no Governo, nomeadamente entre os que defendiam a aquisição de material alemão (Santos Costa) e os que pretendiam o reequipamento com o apoio inglês (Armando Monteiro, embaixador de Portugal em Londres). De acordo com António Telo e Mário Álvares (2004), em 1930 e 1940, Portugal recebe maioritariamente armamento inglês, sobremaneira até 1936. A partir de então, até 1943, registou-se o predomínio das armas de origem alemã. O acordo dos Açores, entre Portugal e Inglaterra, em 1943, fez com que a 17 de agosto de 1943 o armamento de origem britânica volte a predominar.

APÊNDICE C – A ADESÃO À NATO

O facto de Portugal ser membro fundador na Aliança Atlântica originou o reajustamento da estrutura das FA. Os seus efeitos provocaram alterações da organização, no equipamento, nos métodos e programas de instrução, em processos de trabalho e nas técnicas de Estado-Maior. Além disto, possibilitou o contacto dos oficiais portugueses com outros países democráticos da Aliança, ajudando na formulação de todas estas mudanças e permitindo assim uma modernização das doutrinas e nos métodos de ação (Ferreira, 2000).

Os oficiais portugueses são apontados pelos peritos norte-americanos como oficiais demasiado escolares, sem experiência operacional e sem espírito inovador. A classe de oficiais gerais recebeu uma crítica mais ativa, afirmando que estes eram demasiado velhos e não detinham os conhecimentos necessários e atualizados para transmitir aos oficiais mais jovens. Outra crítica, formulada pelos militares americanos, referia-se ao CEM. Este era criticado pelo seu carácter fechado, o que mantinha os oficiais deste corpo afastado dos outros militares. (Ferreira, 2000).

“Podemos acreditar, pois, que o Corpo do Estado-Maior era uma das chaves do segredo da desunião entre camaradas. Com oficiais do Estado Maior o entendimento era sempre muito difícil. Contudo concorriam às centenas. Era como ser-se rico: todos odeiam, mas todos o pretendem ser” (Banazol, 1974, p. 43)

“O Corpo de Estado Maior (...) é ainda recompensado com um aumento no quadro geral em relação aos restantes oficiais das armas e serviços, e com uma gratificação se exercerem funções docentes nas escolas militares, o que acontece com a maioria. Um coronel do CEM chega a receber quantias mensais próximas de 4000\$00, pela gratificação existente para quem presta serviço em unidades de Lisboa ou do Porto.” (Faria, 2000, p. 170).

Em 1950, foi suprimido o MG para se formar o Ministério do Exército. É também criado o cargo de Ministro da Defesa Nacional e instituído o Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Apareceu pela primeira vez o cargo de Chefe de Estado-Maior General das FA e deu-se início ao processo de autonomização da Força Aérea, em relação aos ramos do Exército e da Armada.

Em 1952, criou-se a Direção-Geral dos Serviços do Ultramar no Ministério do Exército.

Em abril de 1953, são publicadas as novas bases para a Organização das forças do Exército nas colónias. Outro aspeto importante foi a constatação de que, além de todo o

material rececionado, Portugal recebeu toda a instrução para o bom desempenho logístico e operacional na Guerra (Duarte, 2010).

A partir de 1950, o Exército Português sofreu nova reestruturação, sobretudo devido às novas tecnologias existentes nos exércitos da NATO. De acordo com Telo (2004), o Exército entra num período denominado por “período americano” (p. 447).

- Assim, antes da adesão à Aliança, o Exército não era mecanizado, porém, de acordo com as pretensões da NATO, o Exército Português viu-se obrigado a criar uma divisão independente e moderna, pelo que, em 1952, inaugurou o Campo Militar de Santa Margarida, com o intuito de treinar a divisão independente que a NATO pretendia. (Matos, 2004).
- A par desta modernização do Exército Português, ocorreu outro esforço ligado à formação. A EE tornou-se na atual AM, o Instituto de Altos Estudos Militares alterou a sua doutrina, até então centrada na sua maioria em doutrina francesa, passando a ser focalizada na doutrina norte-americana (Matos, 2004).
- A organização territorial do Exército, foi alterada, o que não se verificava que desde 1937. Em 1959, o continente português dividiu-se em: Governo Militar de Lisboa, a 1ª Região Militar, com sede no Porto e a 2ª Região Militar, com sede em Évora. Os Açores e a Madeira constituíam-se em dois comandos territoriais independentes. Por último, a 3ª e 4ª Regiões Militares nos territórios coloniais (Cardoso, 1961).
- A nível do armamento, na década de 50 do século passado, os exércitos europeus renovam amplamente o seu armamento ligeiro. Contudo, Portugal era uma exceção à regra. Aliás, as únicas alterações devem-se à produção nacional da primeira pistola metralhadora, a Pistola-metralhadora 9 mm m/948 FBP, e à cedência americana da Metralhadora 7.62mm m/952 - *Browning M1919 A4* e a Metralhadora pesada 12.7 mm m/955 - *Browning M2* (Telo & Álvares, 2004).

Porém, no concernente, ao armamento pesado, a partir de 1952 o Exército recebeu o equipamento em larga escala, proveniente dos norte-americanos e destinado à divisão independente. O Regimento de Cavalaria de Belém recebeu 55 CC M-47 *Patton*, três variantes do M4 *Sherman*, o M4A1 de 75mm (proveniente do Canadá), o M4A3 de 105 mm e o M4A3E8 de 76mm.

No que diz respeito a CC ligeiros, Portugal recebeu o M5A1 *Stuart*. Ainda neste âmbito, foram enviados, em 1952, um reduzido número de M-24 *Chaffe*. Em 1956, foram

recepcionados cerca de 80 exemplares do M5A1 *Stuart* (provenientes do Canadá). Neste ano a Escola Prática de Artilharia, localizada em Vendas Novas recebeu as peças M-101 de 105mm, bem como a M-114 de 155mm, material para a Artilharia autopropulsada, como os m/54 *Sexton*, equipados com o obus de 88mm. A Engenharia é dominada pelo material americano, com uma ampla alteração de toda a organização e métodos⁴⁸ (Telo, 2004).

Dos EUA também foi recebido outro armamento e viaturas, como por exemplo: lança – chamas; canhões sem recuo de 57 e 55mm, 48 exemplares do canhão sem recuo de 106mm M40; metralhadoras quadrúplas em reparos AA de 12.7mm M/53; morteiros pesados; semilagartas de transporte de tropas M3A1; carros de reconhecimento e carros de comando M3, M-8, e M-20. (Telo, 2004).

Com este material de guerra, o Ministro do Exército, General Abranches Pinto, constatou que Portugal, não conseguia acompanhar todo o processo de inovação tecnológica. Grande parte desse armamento ficava largos períodos de tempo, em armazém, pois não existiam técnicos especializados que soubessem manuseá-lo e não existia doutrina desenvolvida para o seu uso. A pouco e pouco, Santos Costa perdeu a ideia de criar um exército em massa⁴⁹, e começou a ser bastante criticado, pela oficialidade mais jovem, que frequenta cursos no estrangeiro, e pelo próprio Ministro do Exército, que consideram irreal a ideia de Santos Costa. Esta confrontação, entre essas duas entidades, colocava em causa os pressupostos da política militar. A reforma do Exército, aprovada em 1955 consagra uma nova visão política, um exército equilibrado, com cinco divisões, das quais só uma era moderna (Telo, 2004).

Este autor, em conclusão, refere que todas estas mudanças nos anos cinquenta, se constituíram como o motor de toda a transformação. É, pois, a partir desta inovação tecnológica, que os militares foram obrigados a estudar novas técnicas e métodos, o que permite criar uma nova geração de formadores. A década de 50 do século passado

⁴⁸ De acordo com o autor, o armamento americano inunda o Exército a partir de 1952 – “Para dar uma ideia, só no mês de Janeiro de 1953 desembarcaram no porto de Lisboa 55 carros de M-47, 447 camiões, 32 ambulâncias, mais de 30 tratores de artilharia e centenas de jipes e carros até uma tonelada” (Telo, 2004, 447 e 508).

⁴⁹ Segundo o Telo (2004). Santos Costa pretendia criar duas divisões modernas, até março de 1954 (com uma pronta em março de 1953). Toda esta confrontação acaba por ser dissolvida, em 1954, quando Salazar resolve afastar da governação Abranches Pinto, acumulando a pasta da Defesa e a do Exército, Santos Costa. Salazar tinha de apoiar Santos Costa, pois se isso não acontecesse, punha em causa toda a política militar desde 1935. Recorde-se que foi o próprio Presidente do Conselho quem nomeou Santos Costa para Subsecretário de Estado e é ele que conduz todas as reformas militares.

representa assim a mudança da sociedade portuguesa, particularmente sentida na indústria e nos serviços.

Porém, como refere Maria Carrilho (1985), a II GM não só provocou uma emancipação do desenvolvimento tecnológico, mas também, uma alteração a nível tático e estratégico. A guerra tridimensional, combinando meios terrestres, aéreos e marítimos constitui, segundo a autora, uma das principais inovações a nível das táticas de combate. A alteração das táticas e estratégias irá ter uma nova transformação, aquando do início das guerras nas províncias ultramarinas.

Relativamente aos aspetos organizativos gerais, dão-se alterações nas estruturas de comando, no sentido de facilitar a ação das FA. Desta forma, é conferido ao comandante-chefe de cada um dos teatros de operação a plena responsabilidade operacional.

O terreno de cada um dos teatros de operações teve consequências também no tipo de tropas a empregar. Neste campo de ação, sublinhe-se que, ao contrário da II GM, em que as forças mecanizadas tiveram um papel preponderante, as províncias ultramarinas, devido ao seu terreno arborizado, relevavam a versatilidade tática das nossas tropas, num aspeto relevante.

A nível da formação, nas academias e escolas militares, começa a surgir o conceito de contraguerrilha como matéria fundamental. Além do mais, deu-se início à formação de companhias destinadas a operações especiais, sendo para tal fim criado o Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego. Foi também nesta unidade que se fixou o Centro de Instrução de Comandos.

Similarmente, o vetor aéreo acabou por assumir um papel preponderante, devido à necessidade de tropas helitransportadas, nomeadamente para a evacuação de feridos e bombardeamentos. Foi também, neste período, criada a especialidade de tropas paraquedistas (Carrilho, 1985).